

ÍNDICE

Resumo / Abstract	3
INTRODUÇÃO.....	5
1 ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO	6
2 DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO DO BELÉM CLUBE	8
2.1 Localização	8
2.2 Caracterização morfológica do edifício	12
2.2.1 Um teatro à <i>Italiana</i>	12
2.2.2 O edifício do Belém Clube	13
2.2.3 Descrição do interior	14
2.2.3.1 Entrada e convívio (parte anterior do edifício)	14
2.2.3.2 Sala.....	17
2.2.3.3 Caixa de palco.....	19
2.2.3.4 Camarins e arrumos (parte posterior do edifício)	21
2.2.4 Leitura dos alçados exteriores	22
3 HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO	24
3.1 O teatro amador na Lisboa oitocentista	24
3.2 Cronologia de acontecimentos e obras.....	27
3.2.1 Do Teatro Luís de Camões ao Belém Clube (de 1880 a 1911)	27
3.2.2 O Belém Clube (de 1911 a 2006).....	28
3.3 Construtor.....	46
3.4 Influências formais.....	48

3.4.1	O teatro D. Maria II	48
3.4.2	Outras influências possíveis.....	51
3.4.3	Outros teatrinhos à <i>Italiana</i>	51
4	TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS MATERIAIS	53
4.1	Técnicas de construção.....	53
4.2	Utilização dos materiais.....	54
4.2.1	Entrada e convívio (parte anterior do edifício)	54
4.2.2	Sala	56
4.2.3	Caixa de palco	58
4.2.4	Camarins e arrumos. Logradouro (parte posterior do edifício)	59
4.2.5	Fachada principal.....	59
5	SUGESTÕES DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA.....	61
5.1	Estado geral de conservação	61
5.2	Análise das principais patologias ou anomalias, e respectivas medidas correctivas	63
5.2.1	Cobertura.....	63
5.2.2	Entrada e convívio	64
5.2.3	Sala	65
5.2.4	Caixa de Palco.....	67
5.2.5	Camarins e arrumos.....	68
5.2.6	Fachada, fachada tardoz e logradouro.....	69
5.3	A necessidade de um projecto de conservação e valorização.	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	BIBLIOGRAFIA.....	76
	ANEXO GRÁFICO E FOTOGRÁFICO.....	79

Resumo / Abstract

O teatro do Belém Clube é um dos poucos sobreviventes de um tipo de edifício que proliferou na Lisboa de oitocentos, e cuja importância social era imensa. Vivia-se a paixão pelo teatro.

É um teatro de bairro, de pequenas dimensões, pouco conhecido, e de certa forma “popular”. Apesar dos esforços com a manutenção do edifício, a falta de verbas que a colectividade que o habita teve ao longo da história, teve como consequência o mau estado de conservação do edifício.

Até hoje não lhe foi atribuído o valor patrimonial que merece.

Apresenta ainda muito do primitivo edifício, como é o caso da caixa de palco, ainda com a maquinaria de cena original.

Esta investigação pretende assim, contribuir para a valorização patrimonial deste edifício, caso particular de um teatro de reduzidas dimensões, mas com as funcionalidades de um grande teatro.

Apresentam-se também sugestões de conservação e valorização do mesmo.

The small theatre in Lisbon in the transition of the XIX –XXth century.

Suggestions for the renewal of the “Belém Clube”.

The theatre of the “Belém Clube” is one of the few surviving examples of a type of building that proliferated in the nineteenth century Lisbon, which had a major social impact, as it was directly related with the passion for theatre that prevailed at the time.

It is a neighbourhood theatre that entered in a state of decay, due to its small size, to its popular standing, to the fact that it is less well known and also to the lack of funding that plagued the association that is its tenant for a long time. Up to this day it has not been attributed its long due standing as an architectural symbol of its time.

The theatre still has most of its original structure in place and most architectural elements are intact. Examples of this are the stage area, as well as the stage machinery.

The present investigation seeks to contribute towards the correct evaluation of this building as an historical landmark, a special example of a small theatre with most of the workings of a large theatre.

Suggestions for the renewal and improvement of the theatre are also presented.

INTRODUÇÃO

Em Lisboa, assinalam-se ainda três pequenos teatros sobreviventes. Um deles é o Teatro Luís de Camões, propriedade da C.M.L. onde funciona o Belém Clube. De formato rectangular, o que não é habitual, mantém a estrutura primitiva, com 24 camarotes¹.

O teatro do Belém Clube é um edifício de finais do século XIX, do tipo de sala de espectáculos, de bairro. É original pelas suas características particulares, entre as quais as suas reduzidas dimensões, mas reunindo as funcionalidades de um grande teatro, embora em pequena escala, e que conserva ainda muito do seu estado primitivo.

Este trabalho pretende contribuir para valorizar este espaço, que é já único no seu género, enquanto património esquecido da cidade oitocentista, e das vivências de bairro de então, situando-se na transição entre o erudito, que pretende ser (um teatro), e o popular.

Pretende-se assim, que seja, também, um conjunto de bases e de informação, para a elaboração de um projecto de conservação e valorização.

Desenvolve-se este estudo em seis capítulos. O primeiro fazendo referência à investigação já existente sobre o tema. O segundo descrevendo o edifício e caracterizando-o morfológicamente no seu formato à italiana. No terceiro aborda-se a sua história enquadrando-o nos seus congéneres e no ambiente da época, através dos documentos pesquisados nos arquivos das duas entidades licenciadoras do espaço, elaborando-se uma cronologia dos factos e ocorrências mais relevantes na construção. Fala-se depois do construtor, e das influências formais que poderão ter existido neste espaço. No quarto capítulo, observam-se os materiais que o compõem e as técnicas de construção. No quinto, após a análise do estado de conservação do edifício, fazem-se algumas sugestões de recuperação e valorização arquitectónica do mesmo.

¹ O autor refere-se ao Teatro Taborda e ao Teatro do Príncipe Real, semelhantes nas suas dimensões. Cf. Duarte Ivo Cruz, *Teatros de Portugal*, Edições Inapa, Lisboa 2005, p. 36.

1 ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

Ao investigar a bibliografia sobre o tema dos teatros, deparámo-nos com o facto de não existirem estudos sobre os *teatros de bairro*, ou sobre as salas de teatro das academias recreativas e colectividades, tão significantes na Lisboa de oitocentos.

Pensa-se que este facto se deve à pouca importância dada pelos investigadores a estes edifícios, de dimensão reduzida e pouca imponência relativamente aos grandes teatros, mas também às actividades que aqui têm lugar – teatro amador e actividades recreativas, consideradas muitas vezes populares e secundárias – que, desde sempre foram locais que contribuíram muito para a vida dos bairros, na sua faceta social, cultural, instrutiva, e recreativa.

A inexistência de estudos sobre este pequeno teatro, dever-se-á também, ao facto de estar ocupado há mais de cem anos por uma colectividade. É conhecido como sede da mesma, e não como um teatro tradicional.

Acresce o facto de estar inserido no alçado da rua, entre edifícios de habitação, evidenciando-se pouco, devido às suas reduzidas dimensões, que se reflectem na fachada, apesar da sua elegante ornamentação neoclássica.

É pouco conhecido para a maioria dos Lisboetas, não lhe tendo sido atribuído, até hoje, suficiente valor histórico.

A este propósito Mário de Sampaio Ribeiro, na conferência que realizou sobre a Calçada da Ajuda em 1937, refere:

Sensivelmente a meio das aberturas das duas travessas, fica o edifício do Teatro Luís de Camões, cuja crónica é insignificante e incharacterística, tal como ele².

Cabe-nos mostrar hoje, que não é assim.

A base de estudo deste trabalho foi, assim, além da investigação no local, os processos existentes no Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa (AICML), e no arquivo da Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC), e as obras referidas em bibliografia

² Cf. Mário de Sampaio Ribeiro, *A Calçada da Ajuda – Conferência realizada sede da Junta de freguesia da Ajuda, na noite de 10 de Outubro de 1937 e repetida, depois, a pedido, na sala de espectáculo do Belém-Clube (Teatro Luiz de Camões)*, Lisboa, 1940, p. 23.

sobre o teatro à italiana, a cultura e sociedade da Lisboa de oitocentos, e a zona de Belém - Ajuda.

2 DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO DO BELÉM CLUBE

2.1 Localização

O antigo Teatro Luís de Camões, hoje Belém Clube, está situado na parte ocidental da cidade de Lisboa³, na freguesia de Santa Maria de Belém⁴.

Implantado no início da Calçada da Ajuda, a Sul, mais precisamente no segundo quarteirão à direita, sentido sul-norte. Encontra-se entre o Pátio das Zebras e as Terras do Desembargador⁵. Quem sobe da Praça Afonso de Albuquerque em direcção ao Palácio da Ajuda, situa-se à direita, com os números de polícia 76 a 80.

Inserre-se em zona nobre, na parte mais larga da Calçada. Fica de frente para o picadeiro real do Palácio Nacional de Belém, das suas cavaliças e cocheiras, hoje Museu dos Coches e Quartel de Cavalaria nº.7, respectivamente.

Para a Calçada (que apesar de fronteira ao Palácio Nacional de Belém, não deixa de ser uma rua de um bairro residencial e tradicional), o teatro apresenta um só piso, tendo do seu lado esquerdo um edifício de habitação seu contemporâneo, e do direito, um prédio de habitação da década de 1960⁶.

³ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 02 e 03 e 21.

⁴ A freguesia de Santa Maria de Belém, foi instituída em 28 de Dezembro de 1833, quando em Belém já havia fábricas, e a população aumentara consideravelmente. A sede era na igreja dos Jerónimos e abrangia um território desanexado da freguesia da Ajuda.

De 11 de Setembro de 1852 a 18 de Junho de 1885, existiu o concelho de Belém – cujo primeiro presidente foi o historiador Alexandre Herculano, e que abrangia as freguesias de Nossa Senhora da Ajuda, Santa Maria de Belém, parte das de São Pedro de Alcântara, Santa Isabel e São Sebastião da Pedreira, e ainda as freguesias de Nossa Senhora do Amparo de Benfica, São Lourenço de Carnide e Menino Jesus de Odivelas. Foi igualmente nesta altura que esta zona ficou mais uma vez marcada pela presença da família real, quando D. Luís e D. Maria Pia vieram morar para o Palácio da Ajuda. Cf. www.jf-belem.pt.

⁵ *Pátio das Zebras*, por ali terem morado alguns destes animais, provenientes de Angola, e enviados a D. José. *Terras do Desembargador*, de nome João Rodrigues Vilar. Cf. *Revista Municipal*, “Ruas da Cidade – A Calçada da Ajuda”, n.º1, de 1939, p. 45.

⁶ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 21.

O teatro está incluído na Zona Especial de Protecção – ZEP⁷, do referido Palácio.⁸

Sobre a Calçada da Ajuda⁹, tal como hoje a conhecemos, podemos referir que a mesma é posterior ao terramoto de 1755.

Antes deste acontecimento que mudou a cidade de Lisboa e, de forma radical esta zona, corria, onde hoje é o seu traçado, a Ribeira dos Gafos, e o povoamento que aqui existia era disperso, sendo a paisagem de campos de cultivo de trigo, pomares e oliveiras, e também algumas casas senhoriais de veraneio¹⁰.

Divide-se num primeiro troço, largo, e num segundo mais estreito, e que é o mais comprido. O troço mais largo, e onde se encontra o Teatro Luís de Camões, é mais antigo. Data da altura em que D. João V¹¹ ali adquiriu algumas propriedades - a Quintas dos Condes de Aveiras¹² e da Calheta, e da construção em Belém de um cais monumental¹³.

⁷ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 02.

⁸ Cf. *Diário do Governo*, 2.ª série, n. 203, de 31 Agosto 1967.

⁹ Segundo a lenda, um pastor que passava por estes lados deparou-se com a imagem da Virgem numa fenda de uma rocha. A notícia desta aparição propagou-se rapidamente contribuindo para a proliferação de manifestações de fé. De todo o lado vieram devotos a adorar a imagem, trazendo oferendas em dinheiro e jóias proporcionando, com os recursos obtidos, a construção, no local onde foi encontrada a imagem, da Ermida de N.ª Sr.ª da Ajuda. A partir daqui a Freguesia da Ajuda passou a ser povoada por gente que queria viver sob a protecção do santuário o que levou à construção de tendas de venda, barracas e casas, nascendo assim um povoado que não parou de crescer, devido ao número cada vez maior de devotos e peregrinos que rumavam a estas paragens para adorar a Virgem.

Este facto veio contribuir para a construção de um templo de devoção maior e melhor que a primitiva igreja. Cf. www.jf-ajuda.pt

¹⁰ Cf. José Campelo, “Nomes de Ruas - A Calçada da Ajuda”, *Agenda Cultural de Lisboa*, Novembro de 2002, p.8

¹¹ Com o cognome “O magnânimo”, reinou de 1706 a 1750. Vivia-se uma época de construções monumentais. O Palácio de Mafra e o aqueduto das águas livres são disso bons exemplos.

¹² Hoje, o Palácio Nacional de Belém.

¹³ O cais monumental já não existe, encontrando-se aterrado.

O Rei D. José, sempre que o bom tempo o permitia, também para aqui se deslocava¹⁴, tornando-se assim um local de veraneio para si e para a corte.

Depois do cataclismo de 1755, um pouco mais a Norte, estabeleceram-se aqui a família real e a corte, num palácio improvisado, que ficou conhecido como a “Real Barraca”¹⁵- o que determinou a abertura do 2.º troço da calçada, mais estreito e comprido que o primeiro, como forma de acesso à mesma.

Dois quartéis, *Lanceiros 2* e o *Quartel de Infantaria 1*,¹⁶ foram na época de D. José aqui construídos, o que, a par com a presença da corte - e com ela o centro do político e o governo do país - fez com que esta zona se comesçasse a desenvolver, atraindo simultaneamente o comércio e os artífices.

Um pouco mais acima na Calçada, no chamado Pátio do Bonfim, viveu o marquês de Pombal¹⁷ durante 20 anos, e aqui terá existido também a Secretaria Real (e por isso, antigamente, se chamava Pátio da Secretaria).¹⁸

Com a construção do Palácio da Ajuda no século XIX, e o regresso da família real¹⁹ a este local, deu-se um incremento ainda maior da construção, sendo os edifícios habitacionais que compõem a Calçada, maioritariamente do século XIX / XX.²⁰

¹⁴ Cf. José Campelo, *ob. cit.*, p.8.

¹⁵ Palácio todo em madeira e lona, que mais tarde acabou por arder; situado onde hoje estão os jardins da Tapada da Ajuda e o Palácio da Ajuda, tendo ocupado uma vasta área: 1755, 1 Novembro - na sequência do terramoto, a Família Real refugiou-se numa construção de madeira, junto ao Palácio dos Condes de Óbidos, acondicionados com tapeçarias provenientes da Quinta de Baixo; 1756 - é mandado edificar um paço de madeira no Alto da Ajuda, construída pelos mestres Petrônio Mazzoni e Veríssimo Jorge, com madeira proveniente do Pinhal de Vale de Figueira; 1761, 20 Setembro - a obra estava concluída, pois realizou-se no oratório, um primeiro baptismo; 1794, Novembro - a "Real Barraca" foi destruída por um incêndio, salvando-se, apenas, a biblioteca e a igreja, obrigando à construção de um edifício definitivo. Cf. www.monumentos.pt.

¹⁶ De forma pentagonal, mandado construir pelo Conde de Lippe, no séc. XVIII.

¹⁷ Secretário-Geral do Reino.

¹⁸ Cf. *Revista Municipal*, “Ruas da Cidade – A Calçada da Ajuda”, n.º1, de 1939, 47.

¹⁹ D. Luís e D. Maria Pia de Sabóia.

²⁰ Cf. *Revista Municipal*, *ob. cit.*, p.8.

A Calçada da Ajuda teve vários topónimos ao longo do tempo, que acompanham o seu desenvolvimento, como por exemplo, Calçada Nova, Calçada Nova da Ajuda, Calçada Nova de Belém²¹, ou Rua dos Quartéis.

É hoje um eixo de ligação entre os dois importantes núcleos monumentais, o de Belém (Palácio e Museu dos Coches) e o do Palácio da Ajuda, ladeado por vários de núcleos de importante valor patrimonial, e extensas áreas onde foram construídos quartéis, armazéns e oficinas do Exército.

Existe neste eixo também, e simultaneamente, o bairro tradicional que foi crescendo e acompanhando a história da Calçada, com as suas vivências e hábitos.

Constitui assim, esta artéria, uma referência histórica com elementos dignos de estudo e preservação, tanto da arquitectura dita “monumental”, como da arquitectura residencial de um bairro popular de Lisboa.

²¹ Idem, ib.

2.2 Caracterização morfológica do edifício

2.2.1 Um teatro à *Italiana*

O Belém Clube é um “teatrinho”²² à *italiana*.

De uma forma simplificada, pode dizer-se que o *teatro à italiana* se compõe por uma sala destinada aos espectadores, com os respectivos e diferenciados lugares, e a caixa de palco, ao fundo desta sala. A caixa de palco, é o local de toda a acção e eleva-se no conjunto do edifício, para que aí encaixem os aparelhos de cena. Está separada da sala pela parede do proscénio, e o piso do palco situa-se a uma cota superior ao piso desta. Como norma, existem ainda as zonas de apoio aos artistas (camarins), e os locais para o convívio do público (salão nobre, sala de fumo, *foyer*).²³

O *teatro à italiana* foi introduzido em Portugal no século XVIII²⁴, durante o reinado de D. João V e de D. José²⁵, período em que gosto pelo género lírico se tornara na moda europeia a seguir.²⁶

José Carlos Faria e Miguel Lima, na sua comunicação sobre a “Recuperação do Teatro Garcia de Resende”, acerca do teatro à italiana, referem:

²² “Teatrinho”, devido às suas pequenas dimensões. Assim se lhe referem os sócios, no jornal *O Belém Clube*, n. 1, Abril de 1921, p.1.

²³ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 20, imagem 2.

²⁴ Segundo Luís Soares Carneiro, em 1708, altura do casamento de D. João V com Mariana de Áustria, não existiam teatros em Lisboa, embora existissem diversos pátios de comédia. Cf. do autor, *Teatros portugueses de raiz italiana, Vol. II*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Edição do Autor, 2002, p.31.

²⁵ É construída a sumptuosa Real Ópera do Tejo, ao lado do Paço da Ribeira, em 1755, que poucos meses durou, destruída pelo terramoto de 1755.

²⁶ Maria Alexandra T. Gago da Câmara refere-se a este período da seguinte forma: *sobre todos os tons, sobre todos os modos, uma metáfora percorreu o período barroco – A vida é um teatro, la vida es sueño, El grane teatro del mundo – o citado auto de Calderon transformar-se-á na mais importante utilização do recurso de colocar um teatro dentro de um teatro. Ideia que assume no barroco a plena dramatização*. Cf. da autora, *Lisboa: Espaços Teatrais Setecentistas*, Livros Horizonte, Lisboa 1996, p.89.

No caso do “teatro à italiana”, cujo antecedente se situa na ‘loggia’ renascentista, é um espaço complexo construído a partir do espectador (onde a perspectiva desempenha um papel determinante) e a partir de um referente (o palco fechado em três lados pressupõe um espaço referencial que copia um lugar ‘real’, ou pelo menos algo tido como tal). O teatro à italiana é o único em que a percepção do espaço teatral se pode obter como um quadro. A caixa mágica, iluminada, atrai, centra e enquadra a visão do espectador. Existe nesta percepção uma hierarquia do olhar o teatro desde o século XVII constrói-se portanto em função do olhar do príncipe, em função desse olhar privilegiado que ocupa a posição central.²⁷

2.2.2 O edifício do Belém Clube

Tendo sido construído de raiz para o efeito, corresponde, como referido, à tipologia do teatro à italiana, embora de dimensões reduzidas.

De planta rectangular, é encimado por um telhado de quatro águas.²⁸

Apresenta-se como um edifício de piso térreo para o lado da Calçada da Ajuda. Na fachada tardoz apresenta dois pisos, e cobertura de uma água só, ligeiramente mais baixa do que a do resto do edifício.

No seu interior, desenvolve-se genericamente em dois pisos, estando ainda a ser utilizado o espaço aproveitável do sótão, que constitui o terceiro piso.²⁹

A sala de teatro, que ocupa a maior área do edifício, situa-se a meio do edifício, entre a zona de entrada e convívio (para o lado da Calçada); e a caixa de palco.

O corpo dos camarins e arrumos, constitui a parte posterior do edifício, acoplado a este, e cuja fachada é o alçado tardoz. Este, por seu lado, dá para o logradouro, que mede apenas cerca de 1 m de largura.

²⁷ Cf. José Carlos Faria e Miguel Lima, “Recuperação do Teatro Garcia de Resende”, *Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais*, ACARTE - Fundação Gulbenkian, Lisboa 1992, p. 187.

²⁸ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 13.

²⁹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 08.

Assim, e para melhor análise deste teatro, podemos considerá-lo dividido em quatro partes³⁰:

- A parte anterior, que dá para a Calçada da Ajuda; a que chamaremos a zona de entrada e de convívio, e que contempla também os acessos ao interior da sala de espetáculos;
- A parte central, que constitui a sala para os espectadores, e, sobre esta, o piso do sótão;
- A caixa de palco;
- A parte posterior, constituída pelo corpo de camarins e arrumos.

2.2.3 Descrição do interior

2.2.3.1 Entrada e convívio (parte anterior do edifício)³¹

É composta pelas zonas de entrada, de circulação e distribuição de espectadores e pelas zonas de convívio. O Auto de Vistoria n.º 4/2006, de 12 de Janeiro, refere-se a esta zona da seguinte forma:

Esta última área desenvolve-se num curioso “jogo” de quatro patamares visualmente perceptíveis entre si e ligados por lanços de escadas³².

Apresenta-se dividida em três pisos. O piso 0, da entrada; o piso 1, de acesso aos camarotes; o meio-piso, que é o salão e bar, e que se situa ligeiramente acima do piso 1.

Piso 0

No piso 0, as três entradas independentes e respectivos vestíbulos estão desenhados de forma a distribuírem, desde logo, os espectadores conforme os lugares que vão ocupar na sala. Os átrios laterais, através de dois vãos de portas articuladas, dão acesso

³⁰ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 05.

³¹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 22, 23 e 24.

³² Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Auto de Vistoria, de 12 de Janeiro de 2006.

respectivamente aos lugares da plateia³³ e aos das galerias³⁴, e o átrio principal e respectiva escada, dá acesso aos camarotes, no piso 1³⁵.

Assim, quem entra pela porta principal, acede directamente à escadaria que conduz ao patamar da ordem dos camarotes, ficando em frente da Tribuna de Honra³⁶.

Nas paredes desta escadaria, de um lado e do outro, vêem-se placas alusivas à passagem por este espaço de várias figuras importantes ligadas ao teatro.

Os três átrios de entrada, o principal e os secundários, comunicam entre si através de vãos inscritos em arcos de volta perfeita (dois), o que confere versatilidade e fluidez entre os espaços, situação conveniente, visto que estas podem ser também, zonas de convívio.

O átrio do lado Norte apresenta um bengaleiro (que foi anteriormente *bufete*)³⁷; o do lado Sul, as instalações sanitárias para o público.

Piso 1³⁸

Depois de subida a escadaria, encontramos-nos diante da porta da tribuna de honra. De duas folhas, tem bandeira fingida em arco de volta perfeita, e a palavra “Tribuna” sobre a porta.

À esquerda e à direita, e um degrau mais abaixo, acede-se directamente aos quatro camarotes de fundo, dois de cada lado da tribuna, e através de estreitos corredores de apenas 0,80 m, laterais ao comprimento maior da sala, aos restantes camarotes.³⁹

³³ A plateia é espaço maior da sala, central e ocupando o piso de baixo.

³⁴ A galeria, neste caso, é o espaço por debaixo dos camarotes, corrido, para a colocação de cadeiras corridas, e situado numa cota mais elevada do que a plateia.

³⁵ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 05.

³⁶ Equivalente, em termos formais, à “Tribuna Real”, que Sousa Bastos descreve da seguinte maneira: Além dos camarotes particulares, em que Suas Majestades assistem aos espectáculos dos diversos teatros, para os dias de grande gala, há nos theatros de S. Carlos e D. Maria II tribunas reaes, que são vistósísimas, perfeitamente decoradas e imponentes. Ambas tomam, a toda a altura das salas de espectáculo, o centro, mesmo em frente ao palco. Cf., do autor, *Diccionario do Theatro Portuguez*, Imprensa Líbano da Silva, Lisboa 1908, p.140.

³⁷ Cf. Processo n.º 11.06.1275 do Arquivo da IGAC - Planta do teatro do Belém Clube, 1934.

³⁸ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 06.

A este propósito, Luís Soares Carneiro⁴⁰ explica que, o degrau parece ser devido ao desejo de realçar a tribuna, que tem também o pavimento mais alto em relação aos restantes camarotes.

Este patamar é um espaço bastante importante, servindo de articulação e circulação com o meio-piso situado acima, onde se encontra actualmente o espaço de bar – para onde se acede através dos dois lanços de escadas, colocados no seguimento dos estreitos corredores dos camarotes, de um lado e do outro do patamar.⁴¹

Meio piso – Salão

Este salão⁴² tem, assim, continuidade visual com o patamar da ordem dos camarotes, abaixo, através de varanda com guarda. Esta área de convívio, é designada nas plantas da década de 1930 por “Sala de Bilhar”,⁴³ e hoje corresponde ao espaço de bar.

O salão é iluminado pelos óculos que existem na fachada, sobre as portas de entrada, e tem o tecto “em maceira”, devido à inclinação do telhado. Diz Luís Soares Carneiro⁴⁴, acerca deste meio piso:

A sua posição elevada em relação ao nível da entrada, justifica-se pela necessidade de elevar o pé-direito, na zona de entrada, no R/C, e também dos espaços que lhe estão anexos.

O tecto deste salão é de “maceira” acompanhando a inclinação da cobertura para o lado da Calçada da Ajuda.

³⁹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 24, imagem 1.

⁴⁰ Cf. Luís Soares Carneiro, *ob. cit.*, Vol. II, p. 751.

⁴¹ Ver anexo gráfico e fotográfico, p. 24.

⁴² O *salão* é, neste teatro, o espaço destinado ao convívio dos espectadores da tribuna e camarotes durante os intervalos. Nos teatros maiores, era o espaço por excelência onde se davam concertos, conferências, etc.

Acerca do salão, Sousa Bastos refere que *O Real teatro de S. Carlos tinha um belo Salão Nobre, na altura da 1.ª ordem e com magnífica varanda para o largo. (...) O teatro D. Maria II, além do bom salão de entrada, tem na altura da 1.ª ordem um lindíssimo Salão Nobre, onde se dão concertos, conferências e bailes de máscaras e que em todas as noites de espectáculo está aberto ao público.* Cf. do autor, *ob. cit.*, p.132.

⁴³ Cf. Processo n.º 11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Planta do teatro do Belém Clube em 1934.

⁴⁴ Cf. Luís Soares Carneiro, *ob. cit.*, p. 751.

Deste piso, outros dois lanços de escadas, simétricos, ligam ao piso sótão, espaço sobre a sala de espectáculos.⁴⁵

2.2.3.2 Sala⁴⁶

Piso 0 (plateia e frisas) e piso 1 (camarotes)

A sala, como já referido, é de planta rectangular.

Apresenta a plateia⁴⁷ inclinada, em decrescendo para o palco.

É contornada por uma construção de madeira, também rectangular, que no piso da plateia se compõe de duas galerias, simétricas, de um lado e de outro da sala, cada uma com duas frisas⁴⁸ junto ao palco, e sobre estas, os camarotes⁴⁹, devidamente separados também por baias de madeira.

As frisas encontram-se muito modificadas, hoje dão directamente para o palco e são um espaço de apoio do mesmo, e não para uso dos espectadores.

Tanto as galerias, como os camarotes, são delimitados por uma balaustrada em ferro forjado, composta por varões direitos não curvos (normalmente seriam convexas, ao uso

⁴⁵ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 24, imagem 2.

⁴⁶ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 06, 25, 26, 27 e 28.

⁴⁷ A definição de Sousa Bastos para a plateia é a seguinte: *Entre nós, dá-se a denominação geral de 'platéia' a todos os lugares de qualquer classe existentes no pavimento baixo d'uma sala de espectáculos [...]. O chão é em plano inclinado, afim de que os que estão adiante não tirem a vista aos que fiquem atrás e assim todos possam ver distinctamente a scena.* Cf. do autor, *ob. cit.*, p. 114.

⁴⁸ Estas duas galerias, simétricas, possuem duas frisas, ou seja, dois pequenos camarotes ao nível da plateia, respectivamente de um e outro lado da boca de cena, e junto à mesma.

⁴⁹ José Carlos Faria e Miguel Lima definem os camarotes da sala à italiana da seguinte forma: *um cilindro revestido de camarotes como alvéolos de um cortiço revelou um nascimento de um teatro de classes. Neste novo espaço, os camarotes ficam fora da sala, cuja parede se dispõe verticalmente desde a base até ao tecto. Deste modo, cada camarote é um pequeno salão.* Cf. dos autores, *ob. cit.*, p. 187.

Sousa Bastos diz-nos a propósito dos camarotes, o seguinte: *N'uma sala d'espectaculos dá-se o nome de camarotes a uma espécie de pequenos gabinetes, separados uns dos outros por frágeis divisões, e que, nas diversas ordens, formam filas em volta da sala.* Cf. do autor, *ob. cit.* p. 32.

da época, a fim de criar um espaço para encaixe das pernas), o que denota uma certa simplificação e economia.

Os corredores de acesso aos camarotes rematam ao fundo, com camarotes maiores tipo “de boca”⁵⁰, situados sobre o espaço das frisas, e um de cada lado, junto ao palco.

As paredes em madeira, que são a separação entre os camarotes propriamente ditos e os corredores dos mesmos, não tocam no tecto, e são recortadas em forma de “ondas”.⁵¹

Em situação fronteira ao palco, está a tribuna, elevada em relação aos restantes camarotes, como já referido, e forrada interiormente a damasco encarnado. Por debaixo desta, (encaixada nas escadas de acesso à mesma) sob um arco de madeira, foi mais recentemente implantada uma *régie*.

A iluminação da sala é feita no espaço entre o tecto da galeria e o piso dos camarotes, no cruzamento da viga de piso com os prumos dos camarotes, sobre uma *platibanda* de madeira, ornada de motivos geométricos do tipo “art déco”. Este seria provavelmente também o sítio da iluminação original, que deveria ter sido a gás, visto que o local era o indicado para isso.⁵²

Não há lustre⁵³ nem ventilador, e o arejamento é feito através de umas grelhas a 0,50 m de altura, colocadas nas paredes laterais da galeria.⁵⁴

O tecto é plano, também pintado com motivos geométricos, tipo “art déco”, embora haja informação de que este não seria o tecto original, o qual seria em abóbada⁵⁵ que parece

⁵⁰ Camarotes de boca - são os que se encontram mesmo sobre o proscénio, junto ao palco.

⁵¹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 28, imagem 6.

⁵² Cf. Luís Soares Carneiro, *ob. cit.*, p. 752.

⁵³ É natural que tenha existido um lustre, em tempos, no tecto primitivo, que hoje se encontra tapado.

Em relação aos lustres das salas de espectáculos, Sousa Bastos refere: *Um bonito lustre era um lindo adorno n'uma sala de espectáculos. Desapareceram muitos; mas ainda se conservam os de D. Maria e Gimnasio, que são lindos. Teem sido quasi todos arrancados dos seus logares, para não tirarem a vista para a scena aos camarotes de 2ª ordem de frente e às varandas. A medida adoptada melhorou as condições dos logares inferiores; mas a beleza das salas foi muito prejudicada.* Cf. do autor, *ob. cit.*, p.85.

⁵⁴ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 33.

⁵⁵ Cf. Processo n.º 11.06.1275 do Arquivo da IGAC - Ofício enviado à Direcção-Geral de Espectáculos (DGE) pelo Belém Clube, em 12 de Fevereiro de 1968.

ainda existir, e que teria pintado Neptuno⁵⁶. As paredes recortadas em curvas, que são o fundo dos camarotes, fazendo lembrar as ondas, podem ter sido, assim, uma opção decorativa que complementava os motivos pintados no tecto.⁵⁷

Piso do Sótão (pisos 2)⁵⁸

Sobre o espaço da sala, está o piso do sótão, que é esconso.⁵⁹

Acede-se ao mesmo através das duas escadas existentes no *salão*, já citadas, para uma divisão, designada nas plantas da década de 1930 por “sala de jogos”.

Desta sala, no lado Norte, através de um vão ornado de grossa moldura com arco, tem-se acesso ao corredor onde se distribuem as dependências administrativas do clube, e ao fundo deste, um vão liga à caixa de palco.

Do lado Sul, através de um vão simétrico, acede-se às instalações sanitárias.

2.2.3.3 Caixa de palco⁶⁰

Sendo um teatro amador, os aparelhos de cena são mais simples, e a caixa de palco, é de *semi-elevação*⁶¹, isto é, não se eleva acima do restante edifício (como nos grandes teatros), ficando a cobertura da sala e da caixa de palco, à mesma cota.⁶²

De referir, também, que apesar de desde 1853 já existir legislação para a construção de teatros, nomeadamente normas de segurança contra incêndios⁶³, este edifício ainda não

⁵⁶ Cf. www.monumentos.pt.

Cf. Rolando da Silva, em “A Elite”, de 11-11-1920, *Divagando (impressões de teatro)*, Compilação do autor, Edição da Imprensa Líbanio da Silva, 2.ª edição, 1925, pp.101-102.

⁵⁷ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 28.

⁵⁸ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 31.

⁵⁹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 07 e 12.

⁶⁰ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 15, 29 e 30.

⁶¹ Na caixa de palco de semi-elevação, os cenários são guardados dobrados, em vez de esticados como nas caixas de palco mais altas, dizendo-se na gíria que “vão ao castigo”.

⁶² Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 08.

as cumpre, talvez devido a ser um edifício de pequenas dimensões, ou talvez por ter sido construído por um grupo de amadores, habitantes do bairro. Assim, não existe aqui o reservatório de água previsto para a caixa de palco, por exemplo.

Piso -1, 0 e 1

A caixa de palco, é ainda dotada da primitiva teia⁶⁴, apresentando três alturas: o piso do subpalco⁶⁵, de muito pouco pé-direito, o piso do palco propriamente dito, e a teia ainda com uma das varandas do urdimento⁶⁶.

A caixa de ponto⁶⁷ desapareceu, devido ao avançado⁶⁸ colocado na continuação do palco.

A largura da boca de cena⁶⁹ é de 7,00 m, e a profundidade 7,88 m.

⁶³ Cf. Diário do Governo de 17 de Setembro de 1853, pp. 516-518.

⁶⁴ Segundo o glossário do livro de Richard Southern, a “teia” é: *Gradeamento de madeira, dividido em carreiras ou fileiras transversais que sustentam o urdimento. [...] O urdimento, é o conjunto de cordas, panos, telões, etc. que suspenso da teia não está à vista do publico espectador. Cf., do autor, Manual sobre a montagem teatral, Moraes Editores, Junho de 1979, p. 216.*

⁶⁵ O subpalco é um espaço destinado ao movimento inferior da cena do palco, e à sua maquinaria. Também chamado “subterrâneo” ou “porão”, e que Sousa Bastos define da seguinte maneira: *Assim se chama ao espaço que fica por baixo do palco de um teatro, a toda a largura, a todo o fundo e com mais ou menos altura. [...] Nos nossos theatros os subterrâneos são muito imperfeitos e o seu movimento é ainda quase primitivo. Para maior fatalidade há theatros em que os subterrâneos estão cheios de arrecadações e de camarins de artistas e figuração. Cf. do autor, ob. cit., p. 137.*

⁶⁶ No antigo Teatro Luís de Camões só existe hoje uma varanda do urdimento. Sousa Bastos descreve as varandas do urdimento da seguinte forma: *São duas, uma de cada lado, em plano inferior ao urdimento, construídas com frechaes, vigas e soalho. Ficam juntas às paredes laterais. Teem a todo o comprimento ‘malaguetas’, a que se atam as cordas que sustentam os pannos, rompimentos, gambiarras, e tudo o que tem de estar suspenso do urdimento. As varandas devem ter largura suficiente para todo o movimento de scena que tem de ser feito pela parte superior. Cf. do autor, ob. cit., p. 153.*

⁶⁷ A caixa ou cúpula de ponto é, como o nome indica, a caixa que se encontrava na ribalta, e que ocultava o “ponto” à vista dos espectadores.

⁶⁸ O piso do palco avança para dentro da sala, para lá da boca de cena, por vezes sobrepondo-se ao fosso de orquestra, quando este existe.

⁶⁹ A boca de cena é uma abertura fixa e recortada na parede que separa o palco da sala, que encerra uma abertura amovível, em tecido – o pano de boca - feita com os “reguladores” e a “régia”.

A teia encontra-se praticamente no estado original⁷⁰. Apresenta a grade, uma das varandas, as girelas⁷¹ e o cilindro⁷² do pano de boca em funcionamento.

Existem ainda os trambolhos⁷³ (contrapesos dos cenários), que são possivelmente os originais.

O acesso à varanda do urdimento faz-se através do piso de três maneiras: Através de escadas de madeira que arrancam do piso do palco, através da zona de arrumos sobre os camarins, e através do sótão, onde existe um corredor com ligação ao varandim que existe sobre o arco do proscénio⁷⁴.

Sobre a teia, pode ver-se a cobertura em telha vã.

A parede posterior do palco apresenta três vãos abertos para o corpo dos camarins, e vestígios de algumas janelas, que foram tapadas. Acede-se aos camarins através do vão central, e de uma escadaria íngreme.

2.2.3.4 Camarins e arrumos (parte posterior do edifício)⁷⁵

Piso 0

Assim que se acede ao corredor dos camarins⁷⁶, vê-se o portão de saída para o pequeno e estreito logradouro existente, ladeado por três camarins do lado Norte, e dois do lado Sul.

⁷⁰ Cf. Luís Soares Carneiro, *ob. cit.*, p. 752.

⁷¹ As girelas, segundo Sousa Bastos são: *Roldanas especeais para teatro, que se aplicam entre dois pedaços de madeira, quasi em forma de triangulo, que se pregam no urdimento ou onde mais convenha*. Cf. do autor, *ob. cit.*, p. 71.

⁷² O cilindro é o tambor em que estão enroladas as cordas que seguram os panos. Estas cordas têm suspensos os pesos.

⁷³ Os trambolhos são os contrapesos de madeira ou ferro, atados às cordas e suspensos no urdimento. Conservam as cordas nos lugares, e descem quando estas sobem com os panos, para o urdimento.

⁷⁴ Proscénio ou *avant-scene*, é a parte mais avançada da cena, que entra na sala, e ocupa o espaço entre o pano de boca e o fosso de orquestra (quando há), ficando à vista do público quando o pano desce. Local ideal para os actores serem bem vistos e ouvidos.

⁷⁵ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 32.

Ao fundo, do lado Sul, está uma instalação sanitária de apoio, e a escada de acesso ao piso dos arrumos.

Piso 1

Seria a antiga arrecadação, que também dava acesso à teia, nas suas extremidades, sendo por isso certamente, para material cenográfico.⁷⁷ Este espaço foi depois transformado em habitação do guarda.

Hoje é mais uma zona de apoio e arrumos, mostrando também sinais de degradação.

Por aqui, como já foi dito, acede-se à varanda do urdimento (e através desta ao sótão sobre a sala).

2.2.4 Leitura dos alçados exteriores⁷⁸

A fachada é de um revivalismo neo-clássico, e apresenta a ideia de um só piso.

É constituída por três corpos, separados por pilastras, cada um com a sua porta de entrada, de molduras direitas e um óculo oval sobre cada uma delas, que iluminam o salão.

Superiormente, é rematado por uma *platibanda* com cornija.

O corpo central, é rematado por um frontão rectangular, que o evidencia, e no qual se encontram 3 bustos - um dos quais deverá ser o de Almeida Garrett⁷⁹. Os corpos laterais, são encimados por outras duas figuras, de corpo inteiro, possivelmente representando figuras mitológicas.

⁷⁶ Sousa Bastos sobre os camarins refere: *são os quartos em que os artistas se vestem, caracterizam e descansam. Conforme a construção do teatro, os camarins são situados ao fundo do palco, ou por cima, ou por baixo d'elle, ou ainda aos lados.* Cf., do autor, *ob. cit.*, p. 31.

⁷⁷ Cf. Luís Soares Carneiro, *ob. cit.*, p.752.

⁷⁸ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 04 e 21.

⁷⁹ Segundo Paula Lobo, um dos bustos é de Almeida Garrett. Cf. da autora, "Belém Clube comemora 100 anos de carolice", *Jornal de Notícias*, de 24 de Fevereiro de 1999.

As bandeiras das portas são rectangulares, ornamentadas em ferro fundido, com motivos vegetalistas. Nas das duas portas laterais, está inscrita a data 10 de Junho de 1880⁸⁰, e na principal as iniciais J.M.N.⁸¹

A porta principal é de maiores dimensões que as laterais, e a moldura foi aumentada nos ângulos, conferindo-lhe, assim também o estatuto de maior importância relativamente às outras.

A entrada principal é iluminada por dois grandes lanternões. Junto à entrada, está um painel decorativo de azulejo com os seguintes dizeres: *Belém Clube / Antigo Teatro Luiz de Camões / Fundado em 3-3-1889*.

O alçado tardo é simples, com seis vãos de janela no andar de cima, e cinco alinhados e mais pequenos, no andar inferior.

Sensivelmente a meio do alçado posterior, e após as três janelas do lado esquerdo, existe a porta de duas folhas que é a saída do palco e camarins.

Esta saída desemboca num pequeno corredor exterior, onde está colocada uma escada, cuja finalidade seria possibilitar a saída para a via pública, e que dá para o terraço exterior do prédio vizinho⁸².

⁸⁰ A data da inauguração do Teatro Luís de Camões.

⁸¹ O nome do primeiro proprietário: Joaquim Maria Nunes.

⁸² Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 32.

3 HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

3.1 O teatro amador na Lisboa oitocentista

O pequeno teatro de bairro era, durante o final do século XIX, o local do lazer, da instrução, do divertimento, e da sociabilização dos núcleos populacionais de Lisboa.

Lisboa crescia, a par dos fenómenos subsequentes da Revolução Industrial que se davam um pouco por todas as capitais do mundo, com a população a aumentar vinda da província.

Com a necessidade de novos espaços de sociabilização e apoio à população crescente, apareciam, assim, novos teatros, agora acessíveis a todas as classes sociais.

Também nesta altura se começaram a fundar as primeiras colectividades de Lisboa, quase todas com uma sala de teatro, para o seu grupo de teatro amador. Estas salas eram, de um modo geral, versáteis, servindo também para bailes, reuniões, festas, e algumas até para instrução (caso das sociedades e colectividades).

A propósito dos pequenos teatros particulares, escreve Sousa Bastos, em 1908: *O gosto pelo Theatro, sempre crescente, tem feito crearem-se centenas de sociedades, principalmente em Lisboa e Porto, que mandam construir pequenos theatrinhos, onde os sócios representam e que alugam para outras sociedades, que não possuem theatro seu*⁸³.

O teatro amador e profissional, nas grandes salas e nas mais humildes, era o ponto de encontro, o local para onde se ia, no palco ou na plateia, para se ver ou se ser visto, e fazia parte da vida de Lisboa.

E assim, na viragem do século XIX, estes espaços tinham uma intensíssima actividade e embora considerados como palcos secundários, concorrerem em muitos casos, com os palcos principais. Foi de tal modo assim, que as relações entre amadores e profissionais se tornaram tensas, temendo os segundos a concorrência dos primeiros.⁸⁴

⁸³ Cf. do autor, *ob. cit.*, p. 10.

⁸⁴ Cf. Glória Bastos e Ana Isabel P. Teixeira de Vasconcelos, *O Teatro em Lisboa no Tempo da 1ª República*, Edição do Museu Nacional do Teatro, Abril de 2004, p.59.

Ilustrando esta situação, em Maio de 1921, ou seja, passados 10 anos da instalação no Teatro Luís de Camões da colectividade Belém Clube, pode ler-se, no jornal da mesma, acerca das críticas aos amadores de teatro, na secção *Com Licença*:

No nosso último número e n'esta secção, referimo-nos à forma pouco lisonjeira como por vezes são tratados, pelos artistas e pela critica, os amadores dramáticos.

Pois vá lá hoje mais um caso d'esses:

Há dias, ouvimos do filho do nosso mais conhecido costumier (criança dos seus vinte e poucos anos), e a propósito de um guarda roupa que ele tinha fornecido para um dos nossos clubs, o seguinte:

'Diz o meu pai que não gosta de fornecer amadores porque são todos muito estúpidos!'

Por aqui se vê que os pobres amadores estão classificados muito por baixo na opinião esclarecida de 'artistas ilustres'.

Por isso gostaríamos que o menino lembrasse ao seu papá que mais artistas têm saído dos amadores dramáticos do que do Conservatório onde ele é professor.⁸⁵

Acerca dos pequenos teatros da parte Ocidental de Lisboa, diz-nos ainda Mattos Sequeira, no seu artigo *Velhos Teatros de Lisboa Desaparecida*:

Na parte mais ocidental de Lisboa, abundaram os teatros pequenos, públicos e de amadores, todos de duração efémera. Os teatrinhos das terras de Santana e da Arrábida, ainda são da nossa época, e fizeram felizes muitos 'furiosos dramáticos'. O das Trinas, esse foi o melhor de todas as salas de amadores, com duas ordens de camarotes, e um especial, à frente, donde assistiam aos espectáculos de todos os Grupos dramáticos que o frequentavam amiúde, o Sr. Gomes e a Sr. D.^a Dorotéia, que eram os seus proprietários. Todos os amadores de Lisboa representaram ali.

Na Rua de Buenos Aires, em 1808, havia um teatro, onde chegou a representar a ilustre comediante Catarina Tallasi; no local da Estação de Alcantara-Terra, inaugurou-se, em 1872, o Teatro D. Augusto; em 1852, inaugurou-se outro no Calvário, que tomou o nome do local; na Rua do Alvito, em Alcântara, em 1896, esteve o Teatro Apolo; o da Boa-Hora, estava, em 1814, a funcionar, e não deixou história; no Largo dos Jerónimos abriu-se ao

⁸⁵ Cf. *O Belém-Clube – Mensário-Orgão do Belém Clube*, Ano I, n.º 2, Maio de 1921, p.3.

público, em 1872, o Teatro D. Afonso, que durou apenas dois anos; na Rua da Fábrica da Pólvora houve o Teatro da Ilha dos Amores, que se construiu e abriu em 1867; na Calçada do Livramento, o Teatro Cinco de Outubro, que também não teve sorte, e na Calçada da Ajuda o “Luís de Camões”, inaugurado em 1880, quando do centenário camoniano. Todos estes palcos eram filhos do entusiasmo de um momento e da carolice dos actores e dos empresários atacados do amadorismo teatral⁸⁶.

Por aqui se vê a importância, o grande número deste tipo de espaços, e o quanto influíam na vida desta nova Lisboa, na forma de salas de empresários, ou de associações recreativas e colectividades.

E para reforçar a importância que tem hoje o teatro do Belém Clube, e do seu valor como memória de um tipo de espaço, e de uma época não muito longínqua, mas numa Lisboa já desaparecida, salienta-se que da lista de teatros atrás descrita, apenas existe o Belém-Clube, antigo teatro Luís de Camões.

⁸⁶ Cf. Gustavo de Mattos Sequeira, “Velhos Teatros de Lisboa desaparecida”, *Olissipo: Boletim dos Amigos de Lisboa*; n.º 58, Abril de 1952, p.76.

3.2 Cronologia de acontecimentos e obras

3.2.1 Do Teatro Luís de Camões ao Belém Clube (de 1880 a 1911)

A inauguração do Teatro Luís de Camões deu-se no dia 10 de Junho de 1880, com a finalidade de festejar o tricentenário do nascimento de Camões.⁸⁷

Este acontecimento terá tido alguma importância, pois o espectáculo de estreia esteve a cargo da Companhia Soares,⁸⁸ tendo o Conde do Restelo presidido às cerimónias.⁸⁹

Não existem muitas notícias sobre o que se passou após a inauguração do teatro, e até ao arrendamento à colectividade Belém Clube, em 1911, embora seja possível que não tenha tido o sucesso ou a rentabilidade desejada pela família Nunes.

Sousa Bastos refere-se a este teatro como sendo um “*theatrinho elegante e bem regular*”, mas também que, “*o público não concorre aos theatros de Belém e Alcântara, por mais tentativas que se façam*”⁹⁰.

Deu-se depois a implantação da República, em 1910. O país entrou num período de agitado com perturbações várias, entre elas, lacunas nos procedimentos administrativos dos organismos públicos.

Assim, ou porque nos primeiros anos não houvesse necessidade de obras no Teatro Camões por ser ainda uma construção recente, ou porque algumas poderiam ter existido

⁸⁷ Cf. Sousa Bastos, *ob. cit.*, p. 349.

⁸⁸ *Idem*, *ib.*

A companhia Soares terá tido alguma importância na altura, pois encontra-se registada no Centro de Estudos de Teatro, da seguinte maneira: *a 18 de Dezembro de 1890, a Companhia Dramática Soares, constituída por Iva Godinho, Joaquina Velez, Ramallete ou Ernesto Freitas, inicia uma digressão pelo Algarve.*”

Ainda na mesma página, acerca do actor desta Companhia, Ernesto Freitas, pode ler-se o seguinte: *Em 1912, integra o elenco da Companhia Dramática dirigida por Augusto de Andrade, trabalhou nos teatros das feiras de Alcântara, Belém e Amoreiras, chegando a ser empresário de alguns; foi igualmente empresário do Teatro da Rua dos Condes, em sociedade com Alfredo Paulo, por volta de 1908; integrou as companhias de Francisco Mascarenhas e Correia Peixoto.* Cf. <http://www.fl.ul.pt>.

⁸⁹ Cf. Paula Lobo, *ob. cit.*

⁹⁰ Cf. Sousa Bastos, *ob. cit.*, p. 349.

sem as devidas licenças e normas burocráticas, ou até por dificuldade de verbas, o facto é que existe pouca ou nenhuma notícia sobre a existência de obras neste teatro.

3.2.2 O Belém Clube (de 1911 a 2006)

Em 1911, passados trinta e um anos sobre a sua inauguração, talvez devido à pouca utilização do espaço como teatro, ou mesmo pelo desaparecimento da geração impulsionadora do mesmo, sediou-se aqui a colectividade “Belém Clube”⁹¹, arrendatário⁹² até hoje.

Passou assim o edifício do Teatro Camões a ter a nova designação de “Belém Clube”, e a funcionar como sede desta colectividade.

Em Novembro de 1920, através de uma crítica a uma peça de teatro, de uma festa mensal do clube, damo-nos conta da decoração da sala de então:

É um teatrinho elegante que dispõe bem à primeira impressão, amplo, com uma ordem de confortáveis camarotes, espaçosa plateia, transformável, sendo necessário, em sala de baile. Decorado com certo gosto a branco e ouro, vêem-se no tecto algumas figuras de mitologia alegoria artisticamente pintadas a óleo. Possui um palco desafogado e próprio para representações movimentadas e pena é que esteja situado tão longe do centro da cidade, o que nos privou de assistir ao final da récita.

*Casa cheia, destacando-se, nos camarotes e plateia, algumas figuras femininas pela beleza física, artísticos penteados e lindas toilettes, cuja policromia dava à sala um tom alegre garrido*⁹³.

No entanto, em Abril de 1921, no *jornalzinho* do Belém-Clube, dá-se já nota do mau estado do edifício, e é mesmo pedida uma cota suplementar aos sócios, a fim de que se possa melhorar o teatro:

⁹¹ Esta colectividade foi fundada a 3 de Março de 1899, por 20 dissidentes da Associação “Belém Recreio”. Cf. Paula Lobo, *ob. cit.*

⁹² Cf. Processo de obra n.º 4397 do Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa (AICML), Contrato de Arrendamento do Belém Clube.

⁹³ Cf. Rolando da Silva; *ob. cit.*, pp.101-102.

Nestas condições, como fazer progredir ou sequer conservar as dependências e mobiliário do clube, mantendo-os de maneira condigna com a qualidade e categoria dos sócios que o frequentam e das pessoas de suas famílias?

*Como fazer melhoramentos inadiáveis, modificar a instalação eléctrica com segurança, arranjar cenários novos de urgente necessidade, e acudir ao que dia a dia está aparecendo e é preciso obter*⁹⁴.

Em 18 de Março de 1924, o representante da Comissão Administrativa do Belém-Clube pede ao proprietário Joaquim Peyssonneau Nunes, autorização para se efectuarem obras de conservação e reparação de parte dos telhados na zona dos camarins, reconstrução de parte de uma parede em ruínas, substituição de tabiques em madeira para fazer novos compartimentos no sótão e construção de um sanitário para senhoras, também no sótão.⁹⁵

As obras são autorizadas pelo proprietário.

No entanto, em 14 de Fevereiro de 1929, o mesmo, em seu nome e de seus irmãos envia uma exposição e petição à C.M.L. em que informa sobre a referida carta recebida em 1924 e enviada pelos arrendatários do Belém-Clube, para fazerem obras de conservação e adaptação, e que as mesmas haviam sido autorizadas. Mais explica que se convenceu que as ditas obras haviam sido realizadas, mas que na verdade isso não aconteceu. Expõe também que os inquilinos mandaram demolir um telhado e a parte traseira.

Assim, pede à C.M.L., providências para não ter que efectuar pinturas na parte traseira do prédio, visto o inquilino ter de refazer primeiro a parede que demoliu. Esta petição foi indeferida.⁹⁶

A 11 de Março de 1929, D. Amélia Peyssonneau Nunes, viúva, e agora proprietária do prédio, apresenta outra petição à C.M.L. pedindo prorrogação do prazo para fazer as

⁹⁴ Cf. *O Belém Clube, Mensário - Órgão do Belém Clube*, Abril de 1921, Ano 1, n.º 1, p.1.

⁹⁵ Cf. Processo de obra n.º 4397 do Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa (AICML), Pública Forma datada de 3 de Novembro de 1928 da carta enviada pelo Belém-Clube em 18 de Março de 1924 aos proprietários, e anexa à exposição de Joaquim Peyssonneau Nunes ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de 13 de Dezembro de 1928.

⁹⁶ *Idem ib.*

devidas obras, a fim de poder proceder judicialmente contra os inquilinos, os componentes da “Comissão Directiva do Belém Clube. Foi também indeferido.⁹⁷

Parece assim, ter sido nesta altura, entre 1924 e 1929, que a colectividade se “adaptou” ao teatro, tendo feito obras e tendo introduzindo alterações no edifício, sem o devido consentimento dos proprietários.

É provável que tenha sido nesta altura, também, que se tenha tapado o tecto original com a lona agora existente, e alterado a decoração neo-clássica para a que hoje existe, de motivos geométricos.

Datados de 1934, aparecem os primeiros contactos do Belém Clube com a Inspeção Geral dos Espectáculos.⁹⁸ São um conjunto de desenhos⁹⁹, com memória descritiva¹⁰⁰. Na memória descritiva faz-se uma descrição do edifício, e alusões à sua segurança contra incêndio / pânico, como sendo o facto de o teatro possuir três portas de frente de abrir para fora. Descrevem ainda a instalação eléctrica do recinto¹⁰¹.

Em 13 de Fevereiro de 1935, a Inspeção Geral dos Espectáculos efectua uma vistoria extraordinária ao local, tendo detectado uma série de deficiências, e imposto um prazo de 180 dias para as obras a realizar, a fim de que se observassem as normas

⁹⁷ Cf. Idem, Requerimento de Amélia Peyssoneau Nunes, de 11 de Março de 1929.

⁹⁸ A Inspeção Geral dos Teatros e Espectáculos Nacionais foi criada por Decreto de 15 de Novembro de 1836; tendo sido o primeiro Inspector-Geral, Almeida Garrett. Na altura deste documento, datado de 1934, e desde 1929, tinha o nome de Inspeção-Geral dos Espectáculos. Os processos de arquivo da IGAC iniciam-se nesta época.

⁹⁹ Cf. Processo n.º 11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Desenhos que acompanham a Memória Descritiva, de 20 de Fevereiro de 1934. Estes desenhos apresentam já o corpo dos camarins no tardo. Ver anexo gráfico e fotográfico.

¹⁰⁰ Cf. Idem - Memória Descritiva da Sociedade de Recreio denominada Belém Clube federada n.º 121, de 20 de Fevereiro de 1934.

¹⁰¹ As alusões às questões de segurança contra incêndio e a descrição da instalação eléctrica têm a ver com o Decreto n. 13:564, de 6 de Maio de 1927, que contém o “*Regulamento dos Teatros e de todas as outras casas de espectáculo*”, e com o Decreto n. 11:462, de 22 de Janeiro de 1926, que contém o “*Regulamento de Segurança para a montagem de instalações eléctricas com correntes fortes*”, ambos em vigor nesta altura, e cuja fiscalização de conformidade das salas de espectáculos com os mesmos, estava a cargo da Inspeção-Geral dos Espectáculos.

regulamentares.¹⁰² Entre outras recomendações, salienta-se, entubar toda a instalação eléctrica, entaipar as ligações da sala com o palco (compartimentos corta-fogo), substituir a lona do tecto da sala por estuque (pois é conhecida a boa resistência deste material ao fogo), vedar a arrecadação de cenários sobre os camarins (o que leva a crer que já havia o novo corpo), ou retirar do sótão os gabinetes da direcção e toilette de senhoras.¹⁰³

Por este auto de vistoria, podemos ver que o edifício se encontrava em mau estado, possuindo já o corpo dos camarins na parte tardoz, e não obedecendo às disposições regulamentares.

Em 30 de Abril de 1940, um dos filhos, de nome Henrique Peyssonneau Nunes, pede à C.M.L. isenção para a obrigatoriedade de fazer as pinturas - referenciadas no ofício de 1924 - até Maio desse ano, por não ter em tempo útil recursos financeiros para o fazer, e visto se tratar de uma parede de “tardoz”, sem significativo impacto estético, e por se tratar de uma rua de segunda ordem¹⁰⁴. Foi indeferido.

Em 25 de Junho de 1940, o proprietário Henrique Peyssonneau Nunes faz outra petição à C.M.L. pedindo para que seja transferido para o ano seguinte a obrigatoriedade de mandar fazer obras de limpeza, reparações e beneficiações, por incompatibilidade financeira, que demonstrou pormenorizadamente.¹⁰⁵

Em 12 de Maio de 1941 o mesmo proprietário pede “licença para obras” para limpeza geral da sua propriedade n.º 76 a n.º 80, da Rua da Junqueira, isto é da fachada¹⁰⁶ do edifício do Belém-Clube. Neste caso, estas obras foram concluídas.¹⁰⁷

¹⁰² As normas constantes nos Regulamentos atrás descritos.

¹⁰³ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Ministério do Interior/Inspeção Geral dos Espectáculos/Auto de Vistoria, de 13 de Fevereiro de 1935. À parte da instalação eléctrica, estas últimas recomendações nunca foram efectuadas.

¹⁰⁴ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Requerimento de Henrique Peyssoneau Nunes, de 30 de Abril de 1940. Mostra-nos este requerimento, que em 1940, o tardoz do Belém Clube se via de “uma rua de segunda ordem”, possivelmente a Travessa das Zebras. Hoje existe um edifício entre esta fachada e a rua.

¹⁰⁵ Cf. Idem, Requerimento de Henrique Peyssoneau Nunes, de 25 de Junho de 1940.

¹⁰⁶ A cláusula 6 do contrato de arrendamento de 1911, obriga o proprietário apenas às obras exteriores e limpeza.

¹⁰⁷ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Requerimento de Henrique Peyssoneau Nunes, de 12 de Maio de 1940.

Assim se vê que, de 1924 a 1941, ao longo de 17 anos, não houve lugar às obras de pintura e limpeza exterior do edifício, exigidas ao longo deste tempo pela C.M.L.

Em 20 de Março de 1945, é efectuada uma vistoria à instalação eléctrica, pela Fiscalização Eléctrica da Junta de Electrificação Nacional, enviada ao Inspector dos Teatros, e em que tudo parece estar mal, em quatro páginas de deficiências.¹⁰⁸ Estabelecem-se prazos de 30 e de 90 dias para que sejam corrigidas as anomalias encontradas e é solicitado o projecto eléctrico.

Numa planta de bilheteira provavelmente desta altura, constante do processo da IGAC, a sala apresentava 24 camarotes com 5 cadeiras, 1 tribuna com 12 lugares, 2 frisas - sendo uma de 5 lugares e outra de 3 - e uma galeria lateral de 54 lugares. A plateia era de 204 lugares. A totalidade era de 398 lugares.¹⁰⁹

Passados 12 anos, novamente nos damos conta do mau estado em que se encontra o teatro, através de uma petição da Direcção do Belém-Clube à C.M.L., em 31 de Outubro de 1952, para providenciar que o proprietário seja obrigado a fazer obras de preservação e beneficiação, tais como de telhados, paredes, portas da fachada principal, vigamentos do telhado, varandas “*que ladeiam a parte interna*”¹¹⁰, esgotos, etc.¹¹¹

Assim, em 15 de Janeiro de 1953 a C.M.L. efectua uma vistoria em cujo auto se informa do precário estado de conservação. Os pisos abatidos, madeiras apodrecidas, paredes escalavradas, pondo em risco os ocupantes do edifício e haveres, implicaram que fosse intimado o proprietário a proceder às devidas reparações e substituições necessárias nas zonas em mau estado de conservação.¹¹²

Responde a este auto de vistoria um novo proprietário, Justino Soares Gonçalves. O teatro sai assim da posse da família Nunes.

¹⁰⁸ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Relatório de Vistoria ao Belém Clube / Constando de vários circuitos para iluminação dum clube com palco e plateia, de 20 de Março de 1945.

¹⁰⁹ Cf. Idem, Planta de bilheteira, sem data, inserida no processo, a seguir a um ofício de 1947. Esta deve ter sido a ocupação original do espaço, que se manteve até esta data.

¹¹⁰ Possível referência aos camarotes.

¹¹¹ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Requerimento do Belém-Clube, de 31 de Outubro de 1952.

¹¹² Cf. Idem, Relatório de Vistoria da Direcção dos Serviços de Salubridade e Edificações Urbanas; Comissão Permanente de Vistorias, de 15 de Janeiro de 1953.

Em 3 de Novembro de 1954 o novo proprietário Justino Soares Gonçalves informa a C.M.L., *juntando a pública forma do contracto, que as obras de reparação exigidas foram terminadas, e que as obras interiores deverão ser por conta do inquilino Belém-Clube, devendo pois ser intimado este e não o proprietário.*¹¹³

Em Outubro de 1960, o proprietário Justino Gonçalves, pede à C.M.L. viabilidade para demolição de tectos e edificação de um novo edifício para um prédio de rendimento. Em 14 de Novembro de 1960, a C.M.L. responde afirmativamente ao pedido de demolição do velho edifício e da construção de novo edifício feito por Justino S. Gonçalves, mas dentro das características a fornecer pela D.S.S.E.U. e com o parecer da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.¹¹⁴

Em 1 de Junho de 1960, uma nova vistoria pela Comissão Permanente de Vistorias da CML¹¹⁵, dá conta da degradação da fachada do edifício, de infiltrações na zona dos gabinetes do Clube, no sótão, dado na cobertura haver *elementos soltos e em falta, resultado de uma reparação recente, incompleta e deficientemente executada*. Dá também conta de alguns tectos *flectidos e fendidos*, constituindo perigo de utilização, na zona esconsa, nos camarins, na própria sala de espectáculos e no vestíbulo de entrada.

Não estando reunidas as condições de salubridade, solidez e segurança do edifício e seus utentes, determina a Comissão de vistoria que sejam executadas as obras de reparação adequadas.

Assim, e de forma a pressionar o senhorio a fazer as ditas obras, em 30 de Dezembro de 1960, a Direcção do Belém-Clube envia um ofício ao Delegado de Saúde do Distrito de Lisboa, relatando a degradação ocorrida no edifício ao longo dos anos e queixando-se que os senhorios pouco ou nada tem feito para resolver estes assuntos. Pelo que o actual proprietário seja obrigado a fazer as devidas obras de reparação.¹¹⁶

¹¹³ Cf. Idem, Requerimento de Justino Soares Gonçalves, de 3 de Novembro de 1954.

¹¹⁴ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Informação da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, 8.ª Repartição, de 14 de Novembro de 1960.

¹¹⁵ Cf. Idem, Auto de Vistoria pela Comissão Permanente de Vistorias da Direcção dos Serviços de Salubridade e de Edificações Urbanas da CML, de 1 de Junho de 1960.

¹¹⁶ Cf. Idem, Carta do Belém-Clube ao Delegado de Saúde do Distrito de Lisboa, de 30 de Dezembro de 1960.

Em 6 de Fevereiro de 1961, segue um ofício do Secretariado Nacional de Informação e Turismo para a C.M.L. informando das exposições e petição da Direcção do Belém-Clube e pedindo uma actuação nesse sentido. Em 17 de Fevereiro de 1961, foi feita uma vistoria pela Fiscalização¹¹⁷ em que se informa e confirma o mau estado de conservação e segurança do telhado e se preconiza a substituição de vigas, consolidação de outras, e restauros de revestimentos interiores e exteriores das trapeiras, e reparação das janelas.

Neste seguimento, em 1 de Março de 1961 a Polícia Municipal envia ao proprietário Justino Gonçalves um aviso em que deverá executar as obras intimadas pela contrafé n.º 1719, de 29 de Novembro de 1960, e em caso de não cumprimento tem as respectivas consequências legais.¹¹⁸ Esta intimação, dá-nos também conta que, no 1.º andar da zona posterior do edifício, existe uma pequena habitação que está a ser usada pelo porteiro.

Em 17 Abril de 1961 o proprietário pede á C.M.L. lhe seja concedido mais um prazo de 60 dias a fim de apresentar a desistência das obras por parte do Belém Clube, tendo proposto ao mesmo a construção de um novo edifício no local, visto o actual estar demasiado degradado.¹¹⁹

Em 29 de Maio de 1961 é feito novo auto de vistoria, pelos Serviços de Salubridade e de edificações urbanas, e que refere *uma sala de espectáculos de grande altura*¹²⁰ em precárias condições de segurança contra o risco de incêndio. Aprova o projecto para o novo edifício que o proprietário pretende, visto ser de muito menor volume, e vir desafrontar o logradouro exíguo existente. Informa-se também nesta altura, que a reparação do logradouro que se pretende fazer no terreno livre, após a demolição do edifício, não tem inconveniente em ser autorizada.¹²¹

¹¹⁷ Cf. Idem, Carta da Direcção-Geral de Saúde contendo a informação da visita feita pela Fiscalização, de 17 de Fevereiro de 1961.

¹¹⁸ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Intimação solicitada à Polícia Municipal, tendo em vista o disposto nos artigos 9.º e 10.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, de 1 de Março de 1961.

¹¹⁹ Cf. Idem, Requerimento de Justino Gonçalves, de 17 Abril de 1961.

¹²⁰ Certamente um lapso, a sala não é de “grande altura”.

¹²¹ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Auto de Vistoria pela Comissão Permanente de Vistorias da Direcção dos Serviços de Salubridade e de Edificações Urbanas da CML, de 29 de Maio de 1961.

De facto, uma fotografia tirada pela Arqt.º Cassiano Branco em 1961¹²², comprova o mau estado da fachada do edifício¹²³

A proposta para um novo edifício não terá sido aceite pelo inquilino, pois em 1962, um ofício da Secção dos Serviços Centrais e Culturais da CML, dirigido ao Inspector dos Espectáculos, explica a pretensão do Belém Clube em colocar uma nova instalação eléctrica no teatro, e ser do interesse do município a realização das obras a efectuar, colocando dúvidas relativamente aos projectos a entregar.¹²⁴ É-lhe transmitido que devem apresentar o projecto das obras a efectuar, não só junto da Inspeção, como dos Serviços Eléctricos.

Passados três anos, em 1965, a Inspeção dos espectáculos volta a notificar o Belém Clube que deve entregar os projectos actualizados das suas instalações, para efeitos de licenciamento.¹²⁵

Numa vistoria efectuada pela Inspeção dos Espectáculos, em 10 de Abril de 1965 - a propósito da realização de um baile - dá conta mais uma vez, do mau estado em que se encontra o edifício, e das seguintes obras que foram entretanto efectuadas no local, “à revelia”: Um bufete na designada “sala de bilhar”¹²⁶; mais dois compartimentos sobre a sala, no sótão, (quando havia dito, em 1935, que deviam ser retirados dali todos os compartimentos); e o bufete do r/c é agora bengaleiro.

Dá ainda conta, entre outras, das seguintes anomalias: as instalações sanitárias das senhoras no 2.º piso não satisfazem as condições de higiene, os camarins só possuem W.C. e duche, não tendo lavatório, que o palco não está devidamente separado¹²⁷ dos

¹²² Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 31, imagem 1.

¹²³ Cf. Câmara Municipal de Lisboa, *Bellem Belém, Reguengo da Cidade*, Edições Asa, Lisboa.

¹²⁴ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Ofício da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais da CML, 3.ª Repartição – Acção Cultural e Turismo, de 10 de Fevereiro de 1962.

¹²⁵ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Notificação do Serviço Técnico da Inspeção dos Espectáculos, de 7 de Abril de 1965.

¹²⁶ A Sala de Bilhar corresponde ao Salão, e é o meio-piso sobre o hall de entrada do edifício.

¹²⁷ Uma das normas da compartimentação relativamente ao fogo, constantes da legislação de então, e que se mantém na legislação actual.

novos compartimentos existentes no 3.º piso, ou seja, a parede do proscénio¹²⁸ não se eleva o suficiente, a instalação eléctrica carece de ser urgentemente vistoriada, que todo o edifício carece de obras de beneficiação e limpeza, e que as condições de segurança do recinto são precárias. A lotação desce para 298 lugares.¹²⁹

A deliberação¹³⁰ que se segue na sequencia do Auto, por parte do Secretariado Nacional de Informação - SNI, Concelho Técnico¹³¹, é no sentido de corrigir as deficiências, retirar as dependências do sótão e que, as obras a realizar sejam de forma a manter-se o aspecto que possui, (...) *constituindo um documento de relevo de outros tempos na vida da cidade e pelo qual a própria Câmara Municipal muito justamente se interessa.*

Esta é a primeira referência que encontramos ao valor arquitectónico do edifício, por parte de uma entidade licenciadora e superior; o Concelho Técnico do SNI.

Na mesma data, segue nova notificação por parte da Inspeção dos Espectáculos ao Belém Clube, para que proceda de imediato às obras, e para que apresente os projectos em falta.¹³²

O Belém Clube, responde, em 9 de Agosto de 1965, que já tinham em mente a realização de obras que permitissem a actividade permanente do grupo cénico, (...) *obras essas que mantivessem a traça desta bela sala de espectáculos que temos obrigação de manter e defender como património artístico de uma época.*¹³³

¹²⁸ A parede do proscénio deve elevar-se o suficiente para fazer a adequada compartimentação relativamente ao fogo, do palco com a sala a um nível superior - Neste caso, o esconso da cobertura da sala.

¹²⁹ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Vistoria realizada por um técnico da Inspeção dos Espectáculos, em 10 de Abril de 1965

¹³⁰ Cf. Idem, Deliberação do Conselho Técnico, de 6 de Maio de 1965.

Os autos de vistoria eram presentes ao Conselho Técnico, que deliberava. Faziam parte deste Conselho Técnico do Secretariado Nacional de Informação, Luís Benavente, Luís Ribeiro Viana, João José de Oliveira Neves Duque.

¹³¹ Nesta altura, e desde 1944, que a Inspeção dos Espectáculos estava integrada no Secretariado Nacional de Informação – SNI, e o mesmo na Presidência do Conselho de Ministros.

¹³² Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Notificação do Adjunto da Inspeção, de 26 de Maio de 1965.

¹³³ Cf. Idem, Ofício do Belém Clube, de 2 de Junho de 1965.

Em 6 Junho de 1966, o proprietário Justino S. Gonçalves tendo sido mais uma vez intimado a fazer obras pela CML, declara não as poder fazer por razões que explica cabalmente e pede o cancelamento da intimação. Uma das razões apontadas é que a CML pretenderia adquirir o imóvel, mas as negociações não tinham ainda chegado a termo.¹³⁴

Em 26 de Dezembro de 1966, há uma informação para o Director do Serviço de Urbanização e Obras, relativa a uma possível aquisição pela C.M.L., do edifício do Teatro Camões, consentindo numa troca por um lote de terreno municipal situado na Av. dos Estados Unidos da América, com uma atribuição de valor de 1.436.290\$00, cujo projecto deveria ser pago pelo respectivo adquirente Justino S. Gonçalves.¹³⁵

Em 28 de Junho de 1967, há nova vistoria por parte da CML que mais uma vez faz o relato das degradações encontradas, considerando o edifício não estar em perigo de ruína, mas com deficiências quanto a segurança contra incêndios. Conclui que devem ser executadas obras de modo a corrigir as más condições de salubridade, risco de incêndio, solidez e segurança. Logo no terceiro parágrafo, pode ler-se:

*Apresenta mau estado geral de conservação e abandono, o que se evidencia pela porta principal que está praticamente em ruína*¹³⁶.

Em 23 de Agosto de 1967, é entregue um projecto eléctrico do Belém Clube à Inspeção Geral dos Espectáculos, juntamente com um ofício que explica terem havido dificuldades de diversa ordem para o não cumprimento dos prazos. Entre as inúmeras dificuldades, podem ler-se: *advém em plano de primordial importância o facto de sermos uma colectividade de modestos recursos financeiros, apesar de sermos imensamente ricos em tradições, que têm as suas raízes na época em que Belém ainda não fazia parte do perímetro de Lisboa. (...)*

Explicam também que já existe um projecto e caderno de encargos, que foi alvo de um estudo profundo, o que os impediu de apresentar as plantas no tempo limite, pedindo uma prorrogação do prazo, que é concedida por 3 meses.

¹³⁴ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Requerimento de Justino Soares Gonçalves, de 6 de Junho de 1966.

¹³⁵ Cf. Idem, Informação do Chefe de Repartição Tomás da Costa França, de 26 de Dezembro de 1966.

¹³⁶ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Auto de Vistoria da CML, Direcção dos Serviços de Salubridade e Edificações Urbanas, de 28 de Junho de 1967

(...) temos lutado para manter condignamente o grupo de teatro que, mercê dos sacrifícios feitos e do brio dos amadores que o constituem, merece a alta honra de colaborar com a Digm.^a Câmara Municipal de Lisboa, no plano de actividades culturais que todos os anos promove, com o objectivo de levar o teatro aos bairros limítrofes da Capital ¹³⁷.

Em 12 de Fevereiro de 1968, recebe a Inspeção dos Espectáculos um ofício do Belém Clube, explicando que as instalações mudaram de dono, sendo agora a proprietária a C.M.L. ¹³⁸

Explicam também que as plantas relativas à instalação eléctrica entregues em Agosto de 1967 deixam de ter efeito em virtude o Director dos Serviços Eléctricos da CML, Sr. Eng. António Pereira Marques, estar a proceder a um novo estudo da mesma para imediata substituição, de acordo com as normas. Explicam que a empreitada deve ser posta a concurso ainda no mês de Agosto.

Dizem também que as plantas da construção do edifício - a serem pedidas desde 1935- são da responsabilidade da CML, e que a mesma pretende proceder a obras no interior do imóvel, *de modo a reintegrá-lo completamente no estilo da época a que se refere a sua construção.*

Informam também que o tecto de lona existente, ¹³⁹ se destina a tapar e preservar o tecto original, um mural com pinturas, e que a Fundação Gulbenkian já se interessou pelo restauro do mesmo, tendo mesmo mandado um técnico para analisar o referido tecto. ¹⁴⁰

Em 11 de Abril de 1968, o Diário Popular refere várias peças a terem lugar no Belém Clube, no âmbito da iniciativa da CML de levar espectáculos aos bairros periféricos da cidade. ¹⁴¹

¹³⁷ Cf. Processo n.º11.06.1275; Arquivo IGAC, Ofício que acompanha plantas do projecto eléctrico, entregue para apreciação da IGE em 22 de Agosto de 1967.

¹³⁸ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Ofício do Belém Clube, de 12 de Fevereiro de 1968

¹³⁹ Relativamente ao “tecto de lona”, já havia sido pedido que o retirassem, no auto de vistoria 10 de Abril de 1965.

¹⁴⁰ Sobre este primitivo tecto, tal como já foi referido, será em ligeira abobada, e teria pintado a imagem de Neptuno.

Também em 28 de Abril de 1968, diz o jornal “A Capital”, que irá criar-se uma nova companhia de teatro chamada TEIA, *que irá actuar num dos mais antigos teatros de Lisboa: O Teatro Luís de Camões.*¹⁴² Quer isto dizer que, apesar das más condições em que se encontrava, o teatro continuava a funcionar.

Em 13 de Maio de 1968, a C.M.L., nova proprietária, recebe um ofício do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo¹⁴³, Inspeção dos Espectáculos dizendo que houve conhecimento de que o edifício do antigo Teatro Camões, já era propriedade dessa Câmara. Mais informa que até à data o Belém-Clube não apresentou qualquer projecto, aguardando que seja a C.M.L. a fazê-lo. Pede-se também que seja requerida a devida vistoria para que o recinto possa ser licenciado.¹⁴⁴

Neste seguimento, em 9 de Julho de 1968, e após trocas de ofícios entre a Inspeção dos Espectáculos e o Belém Clube, procede-se a uma vistoria por parte da primeira, para fins de Licenciamento provisório.

Verificam que não existem as condições de segurança para a realização de espectáculos públicos, visto o interior ser todo em madeira, e sem as *mínimas condições de segurança*.

Fica estipulado que poderá funcionar apenas para festas e bailes do clube, pois a frequência é menor e os sócios são conhecedores da casa, e na condição de procederem a obras, entre as quais: beneficiação, nas instalações sanitárias para homens e senhoras, substituição das divisórias de madeira entre os camarotes por outras de material incombustível, substituição do forro e das divisórias do sótão por outras de material incombustível, beneficiação do palco, remodelação de toda a instalação eléctrica *em péssimas condições*, realização de obras de beneficiação e limpeza de todo o

¹⁴¹ Cf. Processo n.º11.06.1275; Arquivo IGAC, “Teatro nos Bairros Populares”, *Diário Popular*, 11 de Abril de 1968. Pode ler-se neste anúncio, que terão lugar representações pelo grupo dirigido por José Sarabando, com as peças “Mater Dolorosa”, de Júlio Dantas, “O ser sepulto”, de António Rebordão Navarro, e o “Beijo do Infante”, de D. João da Câmara.

¹⁴² Cf. Idem, “Novo Grupo de Teatro”, *A Capital*, 28 de Abril de 1968.

¹⁴³ Segundo a página electrónica da Associação dos Amigos da Torre do Tombo, O Secretariado Nacional de Informação foi extinto em 1968, tendo os respectivos serviços transitado para a Secretaria de Estado de Informação, Cultura Popular e Turismo, da Presidência do Conselho de Ministros. Cf. www.aatt.org.

¹⁴⁴ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, e Processo n.º11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Ofício do Adjunto da Inspeção, José Fernandes Lebre, para a CML, de 13 de Maio de 1968.

edifício. A lotação é reduzida para 200 espectadores / utentes, e apenas sócios. O espaço está interdito ao público.¹⁴⁵

Por aqui se vê que de 1965 até agora, pouco ou nada aconteceu, continuando o teatro em muito más condições.

Em 8 de Outubro, de 1968, o Belém Clube é notificado pela Inspeção dos Espectáculos, de que a execução das obras referidas na vistoria deve ser feita no prazo de 6 meses.¹⁴⁶

E assim, passados os 6 meses concedidos, em 21 de Abril de 1969, é notificado o Belém Clube de que deve requerer nova vistoria, a fim de se verificarem as condições do Auto de Vistoria, ao que o mesmo responde que no clube não se têm realizado espectáculos, e que a CML prevê remodelações profundas para o teatro, não tendo assim sido efectuadas ainda as obras pedidas.¹⁴⁷

Em Abril de 1972, o Belém Clube pede autorização para realizar quatro espectáculos de fantoches para crianças, não recorrendo à electricidade do teatro, e com autonomia energética, *o que reduz ao mínimo o risco de incêndio por motivo de dispensar a utilização da nossa velha instalação*¹⁴⁸ - vendo-se novamente que nada até agora foi feito para beneficiação do espaço.

Nesta sequência, é feita nova vistoria, em 13 Maio de 1972, que autoriza os 4 espectáculos por quase não terem movimentação de cena, pela última vez e apesar das condições precárias do recinto, ficando interditados os lugares laterais da plateia, as frisas e os camarotes laterais, reduzindo a lotação para 161 lugares.¹⁴⁹

Em 1979, um grupo de professores cujas aulas têm sido dadas no Belém Clube, e que não podem funcionar após as 20 horas, pede ao Presidente da Câmara que lhe seja cedido um andar ali perto, o 2.º andar do n.º 2 da Praça Afonso Albuquerque, propriedade

¹⁴⁵ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Auto de Vistoria de 9 de Julho de 1968.

¹⁴⁶ Cf. Idem, Notificação do Serviço Técnico da Inspeção dos Espectáculos, de 8 de Outubro de 1968.

¹⁴⁷ Cf. Idem, Ofício do Belém Clube, de 30 de Abril de 1969.

¹⁴⁸ Cf. Processo n.º11.06.1275; Arquivo da IGAC – Ofício do Belém Clube de 27 de Abril de 1972.

¹⁴⁹ Cf. Idem, Auto de Vistoria da Inspeção dos Espectáculos de 13 de Maio de 1972.

da CML, a fim de preparar os alunos para os exames. É-lhes respondido que já está cedido ao Aeroclubes Universitário de Lisboa.¹⁵⁰

Em 1980, um documento interno da CML dá as orientações de acabamentos a aplicar no Belém Clube, por estar inserido na *Zona de Protecção ao Palácio de Belém Quartel de Lanceiros 2*.¹⁵¹

Passados 19 anos, em 14 de Março de 1991, há notícia de nova vistoria ao teatro por parte da Direcção Geral de Espectáculos e do Direito de Autor¹⁵², para efeitos de verificação das condições técnicas e de segurança de então.¹⁵³

Verificaram que o recinto se encontrava em obras de conservação e restauro pela CML, mas que não havia projecto elaborado¹⁵⁴. A instalação eléctrica continuava em péssimo estado, *implicando a sua urgente substituição*. Também em péssimo estado se encontravam as instalações sanitárias. Não havia saída do saguão¹⁵⁵ para a via pública - o que implica a não existência de saída do palco. A comissão de vistoria não se pronunciou, porque as obras não se encontravam concluídas.

Deve ter sido nesta altura que se retiraram as originais comunicações através de escadas, que existiam entre o corredor dos camarotes do lado esquerdo e o piso do palco, e entre o corredor dos camarotes do lado direito e a varanda do urdimento.

Em 2 de Julho de 1993, na sequência de um pedido para a realização de um baile, é efectuada nova vistoria pela DGEDA, que encontra o recinto ainda em obras de conservação e restauro. Atendendo a que se trata de um evento a ter lugar apenas na sala, e que a mesma já havia sido melhorada, o baile é autorizado, desde que se

¹⁵⁰ Cf. Processo de Obra n.º 4397 do AICML, Ofício de 14 de Fevereiro de 1979.

¹⁵¹ Cf. Idem, Obras de pintura e de pequenas reparações em edifícios localizados em Zonas de Protecção / Esquema de acabamentos, de 31 de Janeiro de 1980.

¹⁵² Nesta data a Inspeção dos Espectáculos tem a designação de Direcção Geral dos Espectáculos e do Direito de Autor (DGEA).

¹⁵³ Cf. Processo n.º 11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Auto de Vistoria da Direcção Geral dos Espectáculos e do Direito de Autor, de 14 de Março de 1991.

¹⁵⁴ Existe um levantamento do espaço datado da década de 1980 no Processo de Obra n.º 4397 do AICML, cuja cópia se encontra no anexo gráfico e fotográfico.

¹⁵⁵ Antes, logradouro de maiores dimensões.

procedam a algumas acções, tal como: retirar panos que decoram o tecto da sala¹⁵⁶; sejam revistos os extintores fora de prazo. A lotação é de 180 admissões.¹⁵⁷

Em 7 de Março de 1995, após um pedido de realização por parte do clube de alguns espectáculos para comemoração do seu aniversário, só para sócios, e sem receitas, é feita nova vistoria pela DGESP.¹⁵⁸ São autorizados os espectáculos, pois *o recinto reunia as necessárias condições técnicas e de segurança para a finalidade requerida*,¹⁵⁹ mas as acções requeridas no anterior auto de vistoria não se encontravam totalmente concluídas.

Em 25 de Junho de 1997, em vistoria realizada para efeitos de licenciamento do espaço, pela Inspeção-Geral das Actividades Culturais – IGAC¹⁶⁰, é dito que o recinto apresentava “algumas beneficiações”, tais como a instalação eléctrica, a instalação de uma boca-de-incêndio tipo carretel, a zona do palco e o interior da parede do proscénio com rede de “sprinklers”, com as recomendações, entre outras, de viabilizar a saída do palco através do saguão, rever o sistema estrutural do recinto, nomeadamente, dos camarotes, e apresentar o projecto de arquitectura. A lotação desce para 152 admissões, e não obtém licença.¹⁶¹

Pode ver-se assim, que na década de 90 houve, de facto, lentas obras de beneficiação do espaço.

Em 25 de Novembro de 2005, passados 8 anos, o Belém clube informa a IGAC sobre mais algumas beneficiações, entre as quais, a viabilização da saída através do saguão, o arranjo do pavimento da sala e laterais, a limpeza do subpalco, e que irão solicitar vistoria para efeitos de licenciamento.

¹⁵⁶ Recomendação que tem vindo a ser dada desde 1965.

¹⁵⁷ A lotação do espaço, mesmo para eventos só para sócios, tem vindo sempre a descer, por questões de segurança do público.

¹⁵⁸ Em 1992, a Inspeção dos Teatros passa a ter o nome de Direcção Geral de Espectáculos e das Artes (DGEA).

¹⁵⁹ Em 1994, a Inspeção dos Teatros em o nome de Direcção Geral dos Espectáculos – DGESP.

Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Auto de Vistoria da DGESP, de 7 de Março de 1995

¹⁶⁰ Em 1997, a Inspeção dos Teatros assume o nome que tem hoje, Inspeção-Geral das Actividades Culturais – IGAC.

¹⁶¹ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Auto de Vistoria da IGAC, de 25 de Julho de 1997.

E assim, em 12 de Janeiro de 2006, dá-se a última vistoria efectuada pela IGAC. No Auto faz-se alusão à sua história e interesse patrimonial do edifício, à sua tipologia construtiva, e à descrição sumária dos espaços, e também à recorrente falta de condições de segurança do mesmo (alguns aspectos já datados em 1935).¹⁶²

Dá-se também a conhecer que houve obras de beneficiação, na cobertura e na fachada. No entanto, a estrutura interior em madeira do edifício encontra-se *deteriorada à vista*, deterioração essa que pode estar agravada pelos compartimentos construídos sobre esta estrutura (sótão), e que não constam em projecto.

Pede-se que seja efectuada uma peritagem por uma equipa especializada em estruturas de madeira. Enquanto tal não for efectuado, e não for garantida a segurança do recinto fica mais uma vez este teatro interditado ao público.

Ainda neste Auto se faz referência às cadeiras da plateia, exemplos de design do início do séc. XX, que também necessitam reparação; ao tecto falso em contraplacado com motivos “art déco”, degradado, à necessidade de rever novamente toda a instalação eléctrica, e de reforçar a escada de saída do saguão.

No processo da IGAC¹⁶³, existe uma peritagem à estrutura do edifício, enviada por fax de forma não oficial, com algumas indicações de obras a fazer.

Assim, e resumindo, pelos documentos pesquisados, parece ter havido durante a década de 1920 / 1930 obras de adaptação no teatro, como a execução do corpo dos camarins na parte posterior e a instalação das dependências do clube, no sótão, sobre a sala, por parte do inquilino. Em 1940, ainda o teatro teria uma saída para a parte de trás, pois não existia o edifício que delimita o logradouro do teatro, e este dava para uma rua de 2.^a ordem. Deu-se uma acção de limpeza da fachada em 1941, por parte do proprietário, e, em 1954, obras de reparação, também por parte do proprietário.

Em 1960, houve uma má intervenção ao nível da cobertura, que veio a causar infiltrações que causaram estragos diversos¹⁶⁴. Em 1961 existia uma habitação no 1.º piso do bloco

¹⁶² Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo da IGAC, Auto de Vistoria da IGAC, de 12 de Janeiro de 2006.

¹⁶³ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Peritagem às anomalias Estruturais da Sede do Belém Clube, Conclusões da inspecção realizada pelo ICIST, em 02.06.2006, pelos Professores Fernando Branco, Jorge de Brito e João Ferreira.

dos camarins. Em 1965, o bar está no sítio onde hoje se encontra salão nobre; o sótão ocupado por diversas dependências, e num dos átrios do r/c, o bufete.

Na década de 90 assistimos a algumas obras de beneficiação, por parte da CML. Entre elas, está a introdução da “cortina de água”¹⁶⁵ na boca de cena, um dos vários sistemas de combate a incêndio que a legislação¹⁶⁶ exige.

Faz-se notar ainda, desta análise, a falta de condições permanente deste edifício, desde o início da documentação encontrada, em 1921, até agora, verificando-se que desde 1921 até hoje, pouca coerência e eficiência houve em obras de beneficiação e conservação do edifício do Teatro Camões, facto causado essencialmente pelas poucas capacidades financeiras, tanto do arrendatário, como do proprietário.

Pelos anos fora, e como nos diz o artigo do Jornal de Notícias, “Belém Clube comemora 100 anos de Carolice”¹⁶⁷, apesar das dificuldades usuais das pequenas colectividades recreativas, ainda se *fizeram faustosos bailes e saraus da aristocracia do Restelo*, no Belém Clube, com esta colectividade teimando dar uso ao palco.¹⁶⁸

Por aqui têm passado nomes importantes do teatro, como o ilustram as placas alusivas, dispostas de um lado e do outro da escadaria que nos conduz ao piso dos camarotes.

Até hoje, tem mantido as suas actividades recreativas e culturais, passando algumas épocas fechado ao público, por falta de condições. É o caso presente, em cuja actividade do espaço se limita ao encontro dos sócios, estando a sala de espectáculos encerrada ao público desde 2006 por falta de condições de segurança, após a vistoria da Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC).

O clube vive das cotas dos seus cerca de 230 sócios e do apoio monetário da junta de freguesia.

¹⁶⁴ Em conversa com uma das responsáveis pelo teatro, foi-nos dito que os cenários que existiam, possivelmente ainda originais do século XIX, tinham ficado sem recuperação.

¹⁶⁵ Idem, ib.

¹⁶⁶ Cf. Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE), aprovado pela Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, art.º 253º.

¹⁶⁷ Cf. Paula Lobo, *ob. cit.*

¹⁶⁸ Idem, ib.

Tem secções de xadrez, de pesca, uma escola de música e um grupo de teatro.¹⁶⁹ Algumas destas secções funcionam no “forro” da sala de teatro, em zona esconsa.

Quanto aos proprietários do espaço, e de forma resumida, foram, de 1893 a 1952, a família Nunes: Primeiro, Joaquim Maria Nunes, depois Amélia Peysseoneau Nunes (1911), e por fim Joaquim António Peysseoneau Nunes (de 1925 a 1952). Sempre com dificuldades financeiras, e com constantes intimações da CML para que fizessem obras, a família Nunes acaba por vender o teatro.

Em 1952, aparece como dono, Justino Soares Gonçalves, que acaba permutar o espaço com a CML por um terreno para construção na Av. Estados Unidos da América.

Em Dezembro de 1967, o edifício passa a ser propriedade da CML.

¹⁶⁹ Idem, ib.

3.3 Construtor

Não foi possível identificar o arquitecto ou o mestre-de-obras deste teatro.

Quanto a quem foi o construtor / mentor do teatro, foram encontradas duas versões.

A primeira é a de Mário de Sampayo Ribeiro que em 1937, acerca do construtor do teatro refere:

*Foi feito por João da Cunha Açúcar – que era dono de uma drogaria que ainda hoje existe, na Rua da Junqueira – mas passou pouco tempo depois em propriedade a Joaquim Maria Nunes, que foi estabelecido com estância de madeiras aqui na Calçada*¹⁷⁰.

Também Sousa Bastos¹⁷¹, refere João da Cunha Açúcar como sendo o primeiro dono deste teatro.

No entanto, no jornal *O Comércio da Ajuda*, de 1933, um artigo de Alfredo Gameiro, de nome “A Ajuda de Outros Tempos”¹⁷² diz-nos que o primeiro dono foi Joaquim Maria Nunes:

Conceituado homem de Comércio e proprietário de vários prédios no sítio, onde gozava de grande consideração e estima, a ele unicamente se deve a edificação do teatro, que ficou sendo de sua exclusiva propriedade. E continua:

É possível que Cunha Açúcar, por esse tempo estabelecido nas proximidades com uma drogaria, e que ao seu espírito de iniciativa juntava uma grande afeição às cousas do teatro, tivesse com o seu concelho induzido Joaquim Nunes, ao empreendimento; e fácil nos será aceitar essa suposição ao sabermos que Cunha Açúcar foi um dos primeiros homens que tentaram como empresários, explorar o Teatro Luís de Camões.

Fôsse como fosse, o certo é que a construção do teatro se fez a expensas do Nunes, verdadeiro benemérito que assim foi ao encontro duma viva aspiração dos moradores de Belém e da Ajuda.

¹⁷⁰ Cf. Mário de Sampayo Ribeiro, *ob. cit.*, p. 23.

¹⁷¹ Cf. Mário de Sampayo Ribeiro, *ob. cit.*, p. 349.

¹⁷² Cf. Alfredo Gameiro, “A Ajuda de Outros Tempos”, *O Comércio da Ajuda*, n. 37, de 4 de Março de 1933.

Parece ter sido assim este teatro, iniciativa de dois comerciantes deste bairro, o que faz com que seja o verdadeiro “teatro de bairro”, e cujo amor à arte dramática é visível neste artigo - e a grande moda neste final de século.

3.4 Influências formais

3.4.1 O teatro D. Maria II

No século XVIII, as artes do *teatro à italiana* afirmaram-se em Lisboa através do Teatro do Bairro Alto¹⁷³, que com grande sucesso, era o “*mais fiel reduto da arte dramática nacional*”¹⁷⁴; da Academia da Trindade, construída em 1735; do Teatro da Ajuda, construído em 1737; da Opera do Tejo, em 1755; e do Teatro de São Carlos,¹⁷⁵ em 1793.

O romântico século XIX herda o gosto pelo teatro e os conhecimentos do já implementado sistema do *teatro à italiana*. Assiste às mudanças sociais, e ao gosto pelo teatro, sempre em crescendo. Constroem-se, assim, nesta altura, um grande número de teatros em Portugal.¹⁷⁶ Por todo o país existe uma grande diversidade de edifícios teatrais, desde grandes teatros de raiz, passando por aproveitamentos de salas e armazéns. Uns são iniciativas de índole comercial, empreendendo edifícios de grandes e pequenas dimensões, outros pequenas associações de natureza pouco mais do que familiar, que construíram, para sua instrução e divertimento, pequenos teatros.¹⁷⁷

É de tal forma grande o movimento nas artes do teatro, que, para organizar e legislar os estes assuntos, foi chamado Almeida Garrett. No segundo terço de XIX, este viria a ser o

¹⁷³ Acerca destes teatros, encontrou-se a seguinte informação: *O Bairro Alto foi designação comum aplicada a quatro casas e espectáculos que em vários tempos assentaram nesta região de Lisboa. Chamou-se do "Bairro-Alto" a primitiva CASA DOS BONECOS onde se representaram as óperas do "Judeu" e que, ao que parece, durou de 1733 até ao terramoto. À Academia da Trindade onde se deram óperas, burletas e bailados, de 1735 a 1739, à Ópera do Pátio do Conde de Soure de que há notícia de 1760 a 1771 e ao Teatro do Pátio do Patriarca ou de S. Roque, que durou de 1812 a 1835.* Cf. <http://foruns.terravista.pt>.

¹⁷⁴ Cf. Luiz Francisco Rebello, *História do Teatro Português*, Coleção Saber – Edições Europa-América, Lisboa, 1967, p. 61.

¹⁷⁵ Idem, ib.

¹⁷⁶ Idem, ib.

¹⁷⁷ Cf. Luís Soares Carneiro diz acerca do n.º de teatros em Portugal na segunda metade de XIX: *entre 1850 e 1874 contamos 55 teatros; entre 1875 e 1899, contamos 98; e 34 outros são ainda da 2.ª metade do século, embora as suas datas de construção não sejam conhecidas. [...]. Num país que tinha, no virar do séc. XIX apenas 5 milhões de habitantes, trata-se, na verdade, de um número muito elevado.* Cf. do autor, *ob. cit.*, Vol. II, p. 687.

grande nome do teatro deste século.¹⁷⁸ Foi também imediatamente criada, através de Decreto, a “Inspecção-Geral dos Teatros”, cujo Inspector-Geral era o próprio Almeida Garrett, e o Conservatório Geral de Arte Dramática.

Almeida Garrett foi o grande impulsionador do Teatro Nacional D. Maria II¹⁷⁹, que, apesar de ter começado a ser projectado uns anos antes, acabou por ser inaugurado em 1846¹⁸⁰ tornando-se no grande acontecimento cultural e social e simbólico, da Lisboa de XIX.¹⁸¹

E é em todo este movimento de euforia pelas artes teatrais que nasce o Teatro Luís de Camões. Situado num bairro limítrofe da capital, de transição, não deixa de ser ainda um “teatro de província”, mas com as influências do que se passa no centro da cidade de Lisboa.

Assim, não é de estranhar a opinião de alguns autores, de que o teatro Luís de Camões tem grande influência do Teatro Nacional de D. Maria II.

Na página electrónica da extinta DGEMN, podemos ler: *Trata-se de um exemplar de significativa coerência estilística, constituindo-se na sua escala reduzida, como um eco do Teatro D. Maria II, e como sobrevivência de um tipo de edifício determinante na vida cultural lisboeta do final de oitocentos.*¹⁸²

¹⁷⁸ Diz-nos Luiz Francisco Rebello: *A Revolução liberal de 1820, detida no seu surto irradiante pela reacção Miguelista três anos depois, só em 1834 consolidou definitivamente a sua vitória. Com ela se formou uma classe média, para satisfação de cujos gostos e necessidades o teatro que ao mesmo tempo se representava nos palcos portugueses era nitidamente desadequado [...]. Assim estavam as coisas quando, em 28 de Setembro de 1836, uma portaria régia encarregou João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) de apresentar ‘sem perda de tempo, um plano para a fundação e organização de um teatro Nacional, o qual, sendo uma escola de bom gosto, contribua para a civilização e aperfeiçoamento moral da nação portuguesa’ – missão que o autor do ‘Catão’ desempenhou rápida e gostosamente. Cf. do autor, ob. cit., p.73.*

¹⁷⁹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 20, imagem 1.

¹⁸⁰ Devido ao atraso nas obras, e para colmatar a falta do Teatro Nacional, funcionou um “teatro nacional e normal” no Teatro da Rua dos Condes.

¹⁸¹ Ao analisarmos as plantas de ambos, podemos desde logo ver a tribuna de honra, em posição semelhante, mas muitíssimo mais simplificada.

¹⁸² Cf. www.monumentos.pt.

Também Paula Lobo refere que: *Diz-se que o velho teatro da Calçada da Ajuda é uma miniatura do Teatro D. Maria II*¹⁸³.

Luís Soares Carneiro, é de opinião que este edifício é fruto de uma cópia de um desenho ou modelo erudito, modelos estes que de mão-em-mão iam passando, degradando-se *em sucessivas interpretações populares, até chegarem a um ponto em que pouco se reconhecia já do original e onde as sucessivas simplificações acabavam por retroceder a construção para padrões de século e meio antes*¹⁸⁴.

Refere ainda acerca do formato quadrado da sala (e não em ferradura, como era usual nesta altura), que a mesma se parece com um *pátio de comédias*¹⁸⁵ do que com um teatro de tradição italiana.¹⁸⁶

Todas estas opiniões nos parecem coerentes, e este teatro, terá sido, certamente, o resultado de uma junção de todas estas hipóteses.

Este teatro foi criado com o conhecimento empírico que vinha do tempo dos pátios de comédias, de um modelo que passaria de mão-em-mão, já do tempo do teatro à italiana, sendo adaptado às condições locais existentes, e da influência dos dois grandes teatros de Lisboa, o Teatro Nacional de D. Maria II, principalmente, e do Real Teatro de São Carlos.

¹⁸³ Cf. da autora, ob. cit.

¹⁸⁴ Idem, ib.

¹⁸⁵ Idem, ib.

Os “pátios de comédias” eram recintos improvisados no interior dos pátios das cidades (correspondentes aos “Corrales Madrilenos” em Espanha), que se mantiveram em uso durante o Século XVI e XVII em Portugal.

Diz-nos António Solmer sobre os “Pátios de Comédia”: *Um estrado sobre bancos à distância de um palmo do chão ocupava uma das extremidades do recinto e servia de local à representação. O público masculino dispunha-se à frente da cena, em pé ou sentado em filas de cadeiras desmontáveis. Atrás destes, ao fundo do pátio, encontrava-se o público feminino, em locais designados por “cazuelas” ou “jaulas”. Mais tarde, introduziram-se os camarotes que se destinavam às individualidades mais importantes e davam pelo nome de “ferssuras”. Este espaço era inicialmente coberto por telões, que foram posteriormente substituídos por um telhado de madeira. O decorrer do tempo irá conferir a estas construções um carácter permanente.*Cf. do autor, *Manual de Teatro*, Edições Temas e Debates, Lisboa, Março de 2003, p.106.

¹⁸⁶ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 20, imagem 4.

3.4.2 Outras influências possíveis

O bairro de Belém – Ajuda, e o ambiente palaciano do mesmo, terão por certo influenciado também o estilo romântico da frontaria do teatro. Os 3 corpos, com as respectivas pilastras, encimados por esculturas, o frontão com os bustos, e principalmente os óculos ovais por cima das portas, fazem-nos até pensar que pode existir uma ligação próxima, em termos decorativos, com o Palácio Nacional de Belém.

3.4.3 Outros teatrinhos à *Italiana*

Encontrámos alguns teatrinhos de província à *italiana* para amadores, da mesma época, semelhantes, no estilo e influências, nas técnicas de construção e materiais aplicados, e na lotação, o que faz com que a suposição de que existiria de facto um conhecimento interiorizado do que era um teatro à Italiana, ou um desenho que circulava, dando origem a construções semelhantes no tamanho e disposição interior, mas adaptados / moldados ao gosto local, ou do construtor.

Estes teatrinhos têm também a característica comum de terem a cota da cobertura sempre constante em todo o edifício, ou seja, a caixa de palco não se eleva para além do restante edifício (possuem palcos de semi-elevação, em cujos cenários ficam dobrados, e não esticados, como nas caixas de palco dos grandes teatros).

Entre outros, podemos citar o actual Teatro da Fábrica da Vista Alegre em Ílhavo, construído em 1851¹⁸⁷, que se assemelha também ao Teatro do Belém Clube, sua sala de formato quadrado¹⁸⁸.

Ainda outros teatrinhos desta época, que se encontraram descritos no *Diccionario do Theatro Portuguez* e dignos de referência, são:

O *Teatro Pedro Nunes*¹⁸⁹, em Alcácer do Sal, inaugurado em Fevereiro de 1885, hoje, também, uma sociedade recreativa;¹⁹⁰

¹⁸⁷ Cf. <http://www.vistaalegreatlantis.com>, consultada em Outubro de 2010

¹⁸⁸ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 18.

¹⁸⁹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 17.

¹⁹⁰ Cf. Sousa Bastos, *ob. cit.*, p.253.

Hoje, Sociedade filarmónica Matos Galamba.

O Theatro D. Afonso¹⁹¹, no Porto, inaugurado em 22 de Outubro de 1885, que se assemelha pela fachada de um só piso, e as três portas para o exterior, já demolido¹⁹²;

O Teatro Anadia¹⁹³; inaugurado em 18 de Abril de 1878¹⁹⁴;

O Theatro Garrett¹⁹⁵, em Vila Franca, inserido também na malha urbana, já demolido¹⁹⁶.

¹⁹¹ Cf. *Idem*, p.330.

¹⁹² Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 19.

¹⁹³ Cf. Sousa Bastos, *ob. cit.*, p. 317.

¹⁹⁴ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 19.

¹⁹⁵ Cf. Sousa Bastos, *ob. cit.*, p. 340.

¹⁹⁶ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 19.

4 TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS MATERIAIS

4.1 Técnicas de construção

O perímetro exterior do edifício original é constituído por paredes estruturais autoportantes, de alvenaria de pedra, rebocadas e pintadas.

As fundações deste tipo paredes eram contínuas, e um pouco mais largas que as mesmas.¹⁹⁷

Sobre estas paredes autoportantes, assenta a cobertura, cuja estrutura de madeira é composta de asnas, madres, varas e ripas. Sobre esta, assenta, por fim, a cobertura, em telha marselha¹⁹⁸.

No seu interior, as paredes são, na generalidade (exceptuando em parte da zona de entrada, e no corpo dos camarins no piso 0), constituídas por estruturas de madeira e tabiques, até à zona do palco.

A este edifício original, foi acrescentado um novo corpo, onde estão instalados os camarins e arrumos. As paredes deste, são de alvenaria de tijolo, rebocado e pintado.

Assim, na generalidade, pode-se considerar este edifício como um grande pavilhão rectangular, com paredes em alvenaria de pedra, cobertura assente em estrutura de madeira, e interiormente, uma outra construção de madeira mais frágil, dividindo os diversos espaços do teatro.

¹⁹⁷ Cf. João Appleton, *Reabilitação de edifícios antigos - Patologias e técnicas de intervenção*, Edições Orion, Lisboa 2003, p.13.

¹⁹⁸ Não é a telha original. Foi substituída numa das remodelações do teatro. Era de meia cana. Ver anexo gráfico, folha 21, Imagem1.

4.2 Utilização dos materiais

4.2.1 Entrada e convívio (parte anterior do edifício)¹⁹⁹

Paredes em alvenaria de pedra:

Na fachada e paredes laterais autoportantes, Norte e Sul.

Paredes em alvenaria de tijolo:

No piso 0: paredes divisórias do átrio central principal com os laterais (estas, mais estreitas, como consta nas peças desenhadas, e que são também o suporte da escadaria para o piso seguinte). Rebocadas e pintadas de branco azulado.

No piso 0 - Instalações sanitárias.

Paredes em tabique de madeira:

No piso 0: paredes que dividem os dois átrios laterais da sala de teatro.

No piso 1: paredes que dividem o patamar dos camarotes, até cerca de 180 cm de altura.

No meio-piso: as que dividem este espaço do salão da zona do sótão (piso 2).

Lona:

No piso 1: Entre os camarotes de fundo e este patamar, de cerca de 180 cm de altura até ao tecto.²⁰⁰

Madeira:

Piso 0: Escadas de acesso à tribuna e ao patamar dos camarotes com degraus em madeira escurecida, e frisos da parede, pintados de preto, e acompanhando a inclinação dos degraus.

Piso 1: Os dois lanços de escadas entre o piso 1 e o meio-piso (salão).

Meio-piso: Os dois lanços de escadas entre o meio-piso (salão) e o sótão (piso 2)

Piso 1 e meio-piso: O pavimento, em tábuas de madeira escurecida, sobre estrutura de piso também em madeira.

¹⁹⁹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 22, 23 e 24.

²⁰⁰ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 28, imagem 3.

O revestimento inferior dos dois lanços de escadas que ligam o piso do salão ao do sótão, que daqui se vêem do piso 1, em tábuas alternadas, em “camisa e saia”.

Os vãos de todas as portas incluindo o guarda-vento do átrio central, respectivas folhas e molduras.

Vidro:

Bandeiras das portas de comunicação entre os átrios e a parte de cima do guarda-vento.

Janelas ovais do salão.

Estuque:

Todos os tectos, fixos à estrutura de madeira dos pavimentos que lhes estão imediatamente por cima.

No salão, as placas de estuque estão fixas à estrutura da cobertura.

Tijoleira cerâmica:

No piso 0 - Revestimento do pavimento dos três átrios e instalações sanitárias.

Azulejo:

No piso 0: Revestimento das paredes das instalações sanitárias.

No piso 1: Lambril, nas paredes laterais Norte e Sul, acompanhando os lanços de escada para o salão.

No meio-piso: Lambril, nas paredes Norte e Sul e fachada.

Ferro fundido e forjado:

Todo o conjunto de patamares apresenta, nas varandas e guardas das escadas, varões de ferro fundido e forjado com motivos decorativos (todos iguais), de ferro fundido, encimados por um corrimão de madeira, pintado de preto.

4.2.2 Sala²⁰¹

Paredes em alvenaria de pedra:

Paredes laterais autoportantes, Norte e Sul, por detrás das galerias e corredores dos camarotes laterais.

Madeira:

Piso 0 e 1: Pavimento da plateia, ligeiramente inclinada em direcção ao palco em tábuas de madeira corrida, colocadas sobre o antigo pavimento também de madeira²⁰². Pavimento das galerias, um degrau mais acima do que o da plateia, e de nível. Pavimento dos camarotes.

Piso 0 e 1: Estrutura das galerias (por baixo) e camarotes (por cima), composta por uma correnteza geométrica dos múltiplos pilaretes de madeira que suportam os camarotes, rematados superiormente por arco de madeira, individualmente, e devidamente separados por baias de madeira ornadas por uma leve moldura pintada, de cinzento claro.

Piso 1: Paredes de trás dos camarotes, recortadas em curvas, superiormente, e que não tocam no tecto. As portas dos camarotes, simples, de tábua corrida, de madeira pouco espessa.

Tela:

O tecto da plateia: plano, composto por telas pintadas, ligadas a uma estrutura quadriculada de madeira com molduras, formando desenhos geométricos tipo “art déco”. Sabe-se, no entanto, que existe um tecto primitivo acima deste, em “abóbada” suave, composto por placas de estuque, fixas a uma estrutura de madeira.²⁰³

²⁰¹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 26, 27 e 28.

²⁰² Informação transmitida oralmente pela responsável pelo clube.

²⁰³ Cf. Processo n.º11.06.1275; Arquivo IGAC – Ofício do Belém Clube, de 12 de Fevereiro de 1968.

Ferro fundido e forjado:

Piso 0: Na parte das galerias, duas grelhas de ventilação redondas, uma em cada parede, respectivamente.

A guarda da galeria, e do espaço onde está a régie, em todo o comprimento, semelhante à guarda das escadas de acesso ao salão.

No piso 1: A guarda dos camarotes, em ferro fundido, mais trabalhado que a do piso de baixo, e encimada por um corrimão forrado a veludo.

Estuque:

Nos pisos 0 e 1: Os tectos das galerias e frisas, e camarotes.

Vidro:

No piso 0: As Janelas do compartimento da régie, sob a tribuna de honra.

Tecido:

No piso 1: Um forro do interior da tribuna de honra, em damasco encarnado.

O piso do sótão**Madeira:**

Pavimento e portas. Lambrim de parte da parede no corredor.

Estuque:

No tecto em placas de estuque.

Vidro:

Nas “janelas de sótão”, que existem para dar alguma luz ao corredor.

Azulejo:

Revestimento das instalações sanitárias.

4.2.3 Caixa de palco ²⁰⁴

Paredes em alvenaria de pedra:

As duas paredes laterais e a parede de trás.

Madeira:

É uma estrutura em madeira, contornada em três dos seus lados pelas paredes resistentes do edifício, e pela parte da frente, pela boca de cena, com a abertura para a sala.

A boca de cena é constituída por uma parede / moldura de madeira, sustentada por uma estrutura também de madeira. É ornada nas partes laterais com largos rectângulos, e tem interiormente uma outra “moldura” em veludo, dentro da qual, o pano de boca, do mesmo material, abre e fecha a cena.

O palco, elevado cerca de 1,20 em relação à plateia, tem um subpalco e sobre este, em armação de vigas e barrotes, assenta o pavimento do palco, com ligeira pendente para o lado da sala, em soalho de madeira escurecida.

Superiormente, existe a teia, com o varandim, também armados em madeira de pinho. Existem neste nível alguns aparelhos de cena, todos em madeira, e uma das varandas do urdimento.

Uma estreita escada em madeira junto à parede do fundo do palco, liga o piso deste à varanda do urdimento.

Acima da teia, vê-se a cobertura assente em asnas de madeira, e a parte inferior da telha *marselha*.

Lajes em pedra:

Junto à parede de trás do palco, uma “tira” de pavimento em pedra.

Cimento:

As escadas muito inclinadas, que dão acesso ao bloco dos camarins.

Veludo: As molduras e panos da boca de cena.

²⁰⁴ Ver anexo gráfico e fotográfico, folhas 29 e 30.

4.2.4 Camarins e arrumos. Logradouro (parte posterior do edifício)²⁰⁵

Betão armado:

A estrutura dos dois pisos, com pilares, vigas, e lajes, e as escadas de acesso ao piso 1.

Paredes de tijolo:

Todas as paredes, rebocadas e pintadas.

Cimento:

Piso 0: revestimento do pavimento em argamassa de cimento afagado.

Mosaico cerâmico:

Piso 0: Pavimento do interior dos camarins

Piso 1: Pavimento da zona de arrumos

Lajes em pedra calcária

Pavimento do logradouro exterior.

Ferro:

Pisos 0 e 1: Corrimão das escadas

Piso 1: Molduras das janelas.

Logradouro: Escada para fuga de emergência do palco e camarins.

4.2.5 Fachada principal²⁰⁶

A fachada principal é de alvenaria de pedra e argamassa de cal rebocada, com as molduras das portas de entrada, dos óculos das entradas de luz ovais, e as pilastras, em pedra de calcário Lioz²⁰⁷.

As molduras das cimalthas, volutas e outros motivos decorativos deste estilo, são moldados em argamassa pintada de branco.

²⁰⁵ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 32.

²⁰⁶ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 21.

²⁰⁷ Lioz da zona de Lisboa.

As duas estátuas mitológicas que encimam os lados da fachada, ao estilo greco-romano, são de cerâmica vermelha cozida, e o busto que está ao centro, também. Os outros dois bustos, sobre o corpo principal, são moldados em cerâmica pintada de branco.

As três portas, de duas folhas, são metálicas, pintadas de cor verde-escuro, com almofadas e molduras, imitando as originais.

As ferragens das bandeiras sobre as três portas são de ferro fundido, trabalhado ao estilo desta época.

Os candeeiros que ladeiam a porta principal são em ferro forjado²⁰⁸.

Esta fachada está pintada de um rosa claro²⁰⁹.

²⁰⁸ Foram colocados posteriormente. Existem fotografias da década de 1950 e 1960 (folha 21) em que a fachada não tem os lanternões.

²⁰⁹ Possivelmente seguindo as instruções do documento *Obras de pintura e de pequenas reparações em edifícios localizados em Zonas de Protecção / Esquema de acabamentos*, de 31 de Janeiro de 1980, já citado.

5 SUGESTÕES DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

5.1 Estado geral de conservação

*Realizada a vistoria ao recinto, verificou-se que na generalidade, a estrutura de madeira que compõe o edifício se encontra deteriorada à vista, existindo sérias dúvidas sobre as condições de segurança da sala, tanto mais que no terceiro piso (sótão) existem compartimentos que não constam do projecto inicial.*²¹⁰

A constante falta de manutenção e o mau estado de conservação do edifício ao longo da sua história, patente desde o início da documentação encontrada (de 1921 até agora) as intervenções que houve - algumas pouco ortodoxas, praticadas à medida que iam sendo precisas, por pessoas sem conhecimentos técnicos aprofundados, e sem autorizações, quer do dono, quer das entidades licenciadoras - provocaram o mau estado geral em que se encontra o Teatro do Belém Clube.

Além do Auto da vistoria da IGAC que determinou o encerramento do recinto²¹¹, um outro relatório de “diagnóstico” preliminar efectuado por especialistas²¹², dá-nos conta que o *Belém Clube apresenta actualmente anomalias estruturais muito graves que necessitam de intervenção urgente.*

São apontadas essencialmente - e porque esta construção é, como já referido, no seu interior, constituída por estruturas de madeira - patologias relacionadas com este material, provocadas por infiltrações de água, por cortes deliberados em peças estruturais de madeira e por ataques de insectos xilófagos.²¹³

²¹⁰ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Auto de Vistoria n.º4/2006, de 12 de Janeiro.

²¹¹ Idem, ib.

²¹² Cf. Processo n.º11.06.1275; Arquivo IGAC, Peritagem às anomalias Estruturais da Sede do Belém Clube, Conclusões da inspecção realizada pelo ICIST, em 02.06.2006, pelos Professores Fernando Branco, Jorge de Brito e João Ferreira.

²¹³ Idem, ib.

No subcapítulo seguinte, olham-se as patologias mais de perto, encontradas nos documentos atrás apontados²¹⁴, e através da observação directa, e sugerem-se algumas medidas correctivas.

²¹⁴ Cf. Idem, Os referidos Auto de Vistoria n.º 4/2006 e Peritagem às Estruturais da Sede do Belém Clube.

5.2 Análise das principais patologias ou anomalias, e respectivas medidas correctivas

5.2.1 Cobertura

Visível na caixa de palco:

Patologias ou anomalias:

- Deterioração da madeira em alguns locais por presença de fungos de podridão e ataques de insectos xilófagos com perda de secção na entrega de várias asnas²¹⁵ com a parede²¹⁶.
- Duas asnas sobre o palco apresentam a sua linha cortada²¹⁷ - embora reforçada na zona da entrega, com madeira²¹⁸.

Causas:

- Infiltração antiga de água através da cobertura, e das paredes exteriores, no sítio dos algerozes.
- Falta de manutenção /reparação do material.
- As irregularidades nas asnas, existem para permitir o espaço necessário ao funcionamento das diversas peças da maquinaria superior do palco.
- A telha Marselha utilizada apresenta problemas de estanquidade²¹⁹

Medidas correctivas:

- Após a inspecção aprofundada por especialistas, principalmente das duas asnas cortadas sobre o palco, a fim de verificar a segurança estrutural das mesmas, a reparação / substituição das madeiras deterioradas.²²⁰

²¹⁵ Idem, ib.

²¹⁶ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 30, imagem 3.

²¹⁷ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Peritagem às anomalias Estruturais da Sede do Belém Clube, Conclusões da inspecção realizada pelo ICIST, em 02.06.2006, pelos Professores Fernando Branco, Jorge de Brito e João Ferreira

²¹⁸ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 29, imagem 3 e folha 30, imagem 6.

²¹⁹ Idem, ib.

²²⁰ Existem várias técnicas de reparação das peças estruturais de madeira, consoante o local e a patologia apresentada:

Segundo a “Peritagem às anomalias Estruturais da Sede do Belém Clube”, nas zona sem recuperação, onde a perda de secção é acentuada, a colocação de cofragem na zona cortada, e furos oblíquos ligando a zona sã à recuperável seguindo-se a injeção com resina epóxida e vazamento de argamassa epóxida na cofragem, e o preenchimento dos furos. cf., Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Peritagem às

- Inspeccionar telhado e algerozes.
- Deve ser considerada a substituição da telha Marselha pela telha de canudo, ou aba e canudo.

5.2.2 Entrada e convívio

Piso 1.

Patologias ou anomalias:

- Cachorro desligado, sobre uma das duas escadas de acesso ao bar, onde apoia uma trave que suporta um pano de parede. Esta parede apresenta fendilhação acentuada, o que pode representar risco de ruína²²¹.

Causas:

- Possível abatimento do terreno - fundações

Medidas correctivas:

- Substituir cachorro por um outro, embutido na parede mestra, ou apoiado em cachorro metálico.

Salão / bar:

Patologias ou anomalias:

- Estuque do tecto “abaulado” em alguns locais;
- Revestimento a azulejos e zona de bar, na nossa opinião, não adequados às características do espaço.²²²

Causas:

- Possível infiltração de água, aparentemente já solucionada, sobre o estuque do tecto;

anomalias Estruturais da Sede do Belém Clube, Conclusões da inspecção realizada pelo ICIST, em 02.06.2006, pelos Professores Fernando Branco, Jorge de Brito e João Ferreira.

- Também a Carta do ICOMOS de 2003, Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico, recomenda o reforço dos nós de ligação e a adição de elementos diagonais suplementares. Cf., Carta do ICOMOS de 2003, Tradução de António de Borja Araújo, Dezembro de 2006, p. 18.

- Deve também considerar-se a substituição dos troços de madeira afectados por madeiras devidamente tratadas, com as ligações adequadas, bem como o reforço dos cachorros, com escoras metálicas.

²²¹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 24, imagem 3.

²²² Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 24, imagem 4.

- Adaptação improvisada do espaço do salão nobre a bar.

Medidas correctivas:

- Inspeccionar telhado e algerozes, reparar o estuque do tecto;
- Estudar para adaptação desta área a bar, de acordo com as características do teatro.

5.2.3 Sala

Nas paredes exteriores, visíveis principalmente no lado Nascente:

Patologias ou anomalias:

- Reboco interior com desagregação e desgaste, nos pisos 0 e 1;
- Líquenes na zona do palco.

Causas:

- Entrada de água, através de um canteiro do jardim, contíguo, ao longo de toda a parede nascente, a uma cota superior à do teatro.

Medidas correctivas:

- Prever a impermeabilização das zonas e contacto com o terreno, segundo as normas adequadas.

No interior:

Patologias ou anomalias:

- Madeiras da estrutura galerias / camarotes com sinais de falta de manutenção.²²³
- Tecto em lona²²⁴ da sala (não é o primitivo) com sinais de humidade.²²⁵
- Tecto dos camarotes e frisas²²⁶, em estuque, com humidades e ruína localizada²²⁷,
- Pavimentos dos camarotes muito degradados ou inexistentes, existência de tábuas soltas e estragadas, madeira dos rodapés com podridão.
- *Régie* sob o vão de escada não adequada.

²²³ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 27, imagens 7 e 8.

²²⁴ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 26, imagem 1.

²²⁵ Não foi possível analisar o tecto primitivo da plateia, assim como a estrutura de suporte do piso do sótão, apoiado em parte da asna, pois encontra-se tapado com a tela, impossível de destapar.

²²⁶ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 28, imagens 2 e 7.

²²⁷ O relatório do IST refere que a estrutura do tecto e piso apresenta deformações acentuadas, com fendilhação das placas de tecto falso dos camarotes, o que foi verificado.

- Dúvidas no funcionamento do sistema de ventilação, cujas grelhas se encontram com lixo.

Causas:

- Infiltrações pela cobertura²²⁸.
- Falta de manutenção do espaço.
- Improvisação / adaptação dos espaços técnicos da régie.

Medidas correctivas:

- Cuidadosa remoção do actual tecto em lona, pondo à mostra o primitivo tecto escondido, a fim de se poder decidir da sua conveniente conservação e restauro, ou da manutenção do actual tecto visível, “art déco” (também já com história, e condizente com os motivos decorativos generalizados, dos anos 30, e que se encontram também nas frisas e camarotes).
- A estrutura do conjunto frisas / camarotes deve ser inspeccionada, e substituída onde necessário;
- As tábuas do pavimento dos camarotes devem ser integralmente substituídas / colocadas.
- Os estuques dos tectos dos camarotes e galerias devem igualmente ser reparados.
- A régie actual deve ser retirada, e projectada outra, com as técnicas actuais, adaptada às novas finalidades que se previrem para este teatro.
- Verificação do funcionamento do sistema de ventilação.
- As cadeiras, de design do início do século XX, devem ser restauradas, e postas novamente a uso.

O piso do sótão

Patologias ou anomalias:

- Sinais de infiltração no tecto em estuque do corredor²²⁹;
- As asnas da cobertura encontram-se tapadas inferiormente pelos tectos dos aposentos existentes.
- Existem aqui instalados espaços de armazém, e outras dependências desadequadas, como um guarda-roupa, ou casas de banho / lavandarias.

Causas:

- Adaptação / remedeio do espaço existente às necessidades da colectividade, criando divisões e compartimentos que não constavam do projecto original (de um teatro).²³⁰

²²⁸ Foi-nos transmitido que era uma infiltração antiga, que depois do arranjo e substituição do telhado, há cerca de 10 anos, o problema já não existia.

²²⁹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 31, imagem 2.

²³⁰ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Auto de Vistoria 4/2006.

Medidas correctivas:

- As madeiras da cobertura devem ser objecto de uma criteriosa inspecção.
- Devem ser limpas as dependências de todo e material sem préstimo e que apresente elevada carga térmica.²³¹
- Nas instalações sanitárias / lavandaria deve ser verificado o sistema de canalizações. Estas duas dependências, antigas e pouco funcionais, deveriam ser alvo de um estudo, e modernizadas.

5.2.4 Caixa de Palco

Patologias:

- As madeiras da teia e maquinaria (cordas, rodízios, o cilindro, trambolhos, alavancas) encontram-se secas e com a presença de insectos xilófagos²³².
- Sobre a varanda do urdimento (eram duas, mas actualmente existe apenas uma) e o varandim sobre a boca de cena, diz-nos o relatório do IST, que ameaçam ruir²³³, sendo visíveis as fragilidades, nas entregas das vigas de suporte desta estrutura - troços de madeira podre, rachadelas e humidades²³⁴.
- Actualmente a zona do varandim está a servir de arrumos.
- A guarda da varanda de manobra apresenta a falta de alguns elementos de madeira²³⁵.
- O subpalco encontra-se desactivado.

Causas:

- Falta de manutenção e tratamento das madeiras.
- Infiltrações de água.

Medidas correctivas:

- Recuperação e adaptação da teia e maquinaria existente, se possível – é necessário estudo a ser efectuado em por um técnico especializado, sobre a conveniência da sua preservação (para fins museológicos, por exemplo). Senão, modernização da mesma,

²³¹ Apresenta elevado risco de incêndio, devido à carga térmica existente e a este ser um edifício maioritariamente constituído madeira.

²³² Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 30.

²³³ Cf. Processo n.º11.06.1275; Arquivo IGAC, Peritagem às anomalias Estruturais da Sede do Belém Clube – Conclusões da inspecção realizada pelo ICIST, em 02.06.2006, pelos Professores Fernando Branco, Jorge de Brito e João Ferreira, p. 6.

²³⁴ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 30, imagem 5.

²³⁵ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 30, imagens 1 e 6.

segundo estudo a ser também efectuado em por um técnico especializado²³⁶.

- Limpeza, reparação das entregas das vigas de suporte das varandas e varandim, com substituição de troços e rachadelas colmatadas, ou substituição das mesmas.
- Recuperação das varandas de manobra, a que ainda existe em mau estado, e reposição da outra, e do varandim sobre o palco: substituição dos elementos em falta, ou sem aproveitamento, e a respectiva desinfecção, onde for necessário.
- Colocação da varanda de manobra que está em falta.
- O subpalco, não deve servir de arrumos²³⁷, devendo ficar apenas um espaço vazio. Em alternativa, pode também ser novamente recuperado, com a introdução de quarteladas no piso do palco, para colocação de maquinaria de cena inferior.

5.2.5 Camarins e arrumos

Piso 0:

Patologias ou anomalias:

- Do que foi possível verificar, no piso térreo os camarins apresentam-se pouco funcionais, (não existindo chuveiros, por exemplo) e antiquados.
- O chão é em cimento, e a falta de conforto é visível.
- As escadas de acesso entre o palco e os camarins são íngremes e perigosas, e não existem nos vãos elementos que façam a separação corta-fogo entre estes dois espaços²³⁸.

Causas:

- Aproveitamento, sem estudo, do espaço existente de logradouro, numa cota mais acima.
- Falta de manutenção.

Medidas correctivas:

- Os camarins devem ser estudados, de forma a serem actualizados e modernizados, com as condições de conforto e legais exigidas; a instalação sanitária de apoio deve

²³⁶ Em termos de projecto técnico e cénico para a caixa de palco, e tendo falado com o cenógrafo Filipe Duarte em Junho de 2010, foi-me explicado que haveria vantagens na modernização da caixa de palco, mas que também poderia funcionar como está, ou seja, como “caixa de palco de semi-elevação”. Haveria vantagens na introdução de alguns elementos, como o encastrar de uma vara de projectores motorizada, fora da teia, junto à boca de cena.

Um caso de sucesso em que foi recuperada a maquinaria original, e ao mesmo tempo modernizada a caixa de palco, foi a intervenção efectuada no Teatro da Trindade.

²³⁷ Cf. Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, art.º 243.

²³⁸ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 32, imagem 4.

ser reformulada,²³⁹

- As escadas íngremes entre o palco e os camarins, deveriam ser reformuladas;
- Por questões de segurança contra incêndios, deve ser prevista a compartimentação corta-fogo entre este bloco e a caixa de palco, colocando vãos adequados entre os camarins e o palco, e o armazém e o palco.²⁴⁰

Piso 1:

Patologias ou anomalias:

- Os arrumos, apresentam vestígios da instalação de uma antiga cozinha com lava-loiças e azulejos, actualmente sem préstimo²⁴¹
- A comunicação com a varanda da caixa de palco faz-se desta zona, através de um vão e respectiva porta, que não tem as características de compartimentação corta-fogo adequadas.

Causas:

- Falta de manutenção.

Medidas correctivas:

- Retirar os restos da antiga cozinha – azulejos e lava-loiças.
- Colocação de uma porta corta-fogo entre este espaço e a caixa de palco.

5.2.6 Fachada, fachada tardoz e logradouro

Fachada

Patologias ou anomalias:

- As esculturas e alguns motivos ornamentais da fachada necessitam de manutenção e restauro.

Causas:

- Falta de manutenção.

Medidas correctivas:

- Restaurar esculturas, e os motivos ornamentais, onde necessário.

²³⁹ Idem, ib.

²⁴⁰ Cf. Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, art.º 243.º.

²⁴¹ Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 32, imagem 2.

Fachada tardoz e o logradouro:

Patologias ou anomalias:

- A fachada tardoz apresenta o reboco e tinta a saltar;
- O piso em pedra do logradouro tem sinais de humidade, com líquenes.
- A escada metálica de saída de emergência encontra-se com ferrugem. Dá para uma cobertura de um prédio contíguo²⁴².

Causas:

- Falta de manutenção

Medidas correctivas:

- Recuperação / pintura do pano de fachada.
- O piso em lajes de pedra deve ser convenientemente limpo e deve ser investigada a proveniência da humidade, corrigindo-a.
- A escada metálica deve ser reparada (ou substituída) retirando a ferrugem e pintada com tinta própria.
- Deve ser estudado o caminho a seguir até a via pública, e que deve dar continuidade de percurso à escada.

Assim, genericamente, e tendo em conta o estado do edifício, há que prever uma intervenção global de medidas correctivas.

²⁴² Ver anexo gráfico e fotográfico, folha 32, imagem 5.

5.3 A necessidade de um projecto de conservação e valorização.

*Como primeira medida, recomenda-se uma inspecção muito detalhada de todos os elementos de madeira para determinar com rigor a extensão dos seguintes fenómenos: fundos de podridão; caruncho, madeira excessivamente húmida, rachaduras.*²⁴³

Ao longo deste trabalho de investigação tentou provar-se a importância do edifício do Belém Clube, enquanto património a preservar, como um valor arquitectónico e humano do bairro em que se insere, e da cidade de Lisboa.

Assim, defende-se aqui também a necessidade de elaboração de um projecto de conservação e valorização, que deverá incluir:

1- O diagnóstico e avaliação da segurança da estrutura, através de uma inspecção muito detalhada de todo o edifício, principalmente da estrutura de madeira da cobertura e da sua segurança, e dos locais que não estão visíveis; conforme o recomendado no capítulo 4.º da Carta do ICOMOS 2003²⁴⁴, elaborado por uma equipa de diagnóstico especializada.

2 – O estudo da possível adaptação do edifício à legislação vigente²⁴⁵, tendo atenção não só os aspectos técnicos e funcionais inerentes a um teatro, mas também as questões de segurança contra incêndios (num edifício de risco e cujo principal material construtivo é a madeira), acústicas, higiénico-sanitárias, entre outras, seguindo as recomendações da já citada Carta do ICOMOS 2003, que, entre outras disposições, refere:

As estruturas do património arquitectónico, pela sua própria natureza e história (material e montagem), apresentam uma quantidade de desafios no diagnóstico e no restauro que limitam a aplicação dos códigos legais modernos e das normas da construção. São

²⁴³ Cf. Processo n.º11.06.1275 do Arquivo IGAC, Peritagem às anomalias Estruturais da Sede do Belém Clube, Conclusões da inspecção realizada pelo ICIST, em 02.06.2006, pelos Professores Fernando Branco, Jorge de Brito e João Ferreira.

²⁴⁴ Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico - Linhas de Orientação, Carta do ICOMOS, 2003.

²⁴⁵ Cf. Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

*desejáveis e necessárias recomendações que garantam métodos de análise racionais e métodos de reparação adequados ao contexto cultural.*²⁴⁶

3 - Após, ou durante a elaboração do projecto - por uma equipa multidisciplinar que inclui a arquitectura, a engenharia, as especialidades (instalação eléctrica, canalizações, ar condicionado), a arquitectura de cena, entre outras - deve ser criado um “plano de conservação” e manutenção deste edifício.

A este propósito, diz-nos João Appleton²⁴⁷:

Importa salientar que a conservação engloba o conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida de uma dada edificação impondo, em primeiro lugar, de acordo com o espírito da Carta de Veneza, que os edifícios sejam sujeitos a operações regulares de manutenção, que se assume assim como o processo profiláctico por excelência.

4 - Definir para que tipo de espectáculos vai o espaço ser reabilitado, tal como refere Hugh Hardy:

*Different kinds of storytelling want different kinds of spaces. The job of the theatre architect is to support the storytelling. If theatre architecture is not conceived of from that point of view, it fails.*²⁴⁸

No caso do antigo Teatro Luís de Camões, é nossa opinião que deve manter-se a funcionalidade original, para o qual foi pensado, ou seja, ser recuperado para um teatro amador / de bairro. Para que se mantenha, também, a sua autenticidade.

Existem muitos médios e pequenos teatros, que, ao serem reabilitados acabaram por perder as suas características originais (com caixas de palco demasiado altas, por exemplo), conferindo-lhes mais tecnologia, mas desconfigurando os edifícios, e alterando a sua função original.

²⁴⁶ Idem, ib.

²⁴⁷ Cf. do autor, *ob. cit.*, p. 243.

²⁴⁸ Cf. Hugh Hardy, *Building Type Basis for Performing Arts Facilities*, Ed. John Wiley and Sons, USA, 2006, p.7.

Mais nos ajuda, a existência do inquilino Belém Clube, neste espaço há mais de 100 anos, que possui companhia de teatro, sendo também ele, já património²⁴⁹.

5 - Ter em conta a rentabilização do espaço, para que se autosustente, e se necessário, o suporte financeiro ao inquilino Belém Clube (foi visto ao longo deste trabalho que nunca tiveram verbas para obras de conservação e manutenção). Hugh Hardy refere a este propósito:

*But in bringing an architecture design back to life, restoration of this buildings must first bring audiences and performers together*²⁵⁰

O teatro deve também ser devidamente promovido junto do meio artístico, para que possa ser economicamente sustentável, podendo, assim, manter-se em boas condições de conservação.

Um outro factor importante para a sustentabilidade deste teatro, seria que a população aqui residente voltasse a interessar-se pelo mesmo, e a vivê-lo plenamente. Mas este bairro, como tantos outros bairros históricos da cidade de Lisboa, apresenta uma população envelhecida.

Assim, tirando partido da localização privilegiada em que se encontra, junto a importantes pólos turísticos e culturais (a proximidade com o Museu dos Coches, por exemplo), poderia ser um espaço de apoio aos mesmos, para debates, conferências, exibição de filmes, teatro, etc., levando este tipo de parcerias, também, a uma maior vivência e rentabilização do espaço.

²⁴⁹ A este propósito lê-se no Documento de Nara: *As diferentes formas de expressão, tangíveis ou intangíveis, de qualquer cultura ou sociedade constituem o seu património, devendo como tal ser respeitadas.* Cf. Património Arquitectónico e Arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais, Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, p. 248.

²⁵⁰ Cf. Hugh Hardy, *Ob. Cit.*, p.139.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascido do amor pelo *teatro amador*, que marcou a última metade de oitocentos, o Teatro Luís de Camões foi construído com economia e simplicidade, mas com brio e pretensões. É um teatro pequeno, mas que quer ser, e parecer, grande. É fruto de uma vontade bairrista e foi o centro da vida cultural das gentes de Belém / Ajuda, no limiar do Século XX.

A sua história é marcada pelas relações entre o senhorio e o arrendatário Belém Clube, relatadas através dos documentos encontrados nos arquivos da CML. Também os contactos havidos entre esta colectividade e a Inspeção dos Espectáculos, constantes do arquivo da IGAC, marcam a evolução de edifício. Em ambos os casos, a relação institucional ajuda a perceber a história um século de legislação e organização administrativa portuguesa, e das consequências da mesma, de um processo extenso e cheio de episódios burocráticos que não conseguiu mais do que ir descrevendo a degradação do espaço ao longo de cerca de um século.

Paradoxalmente, a falta de verbas do Belém-Clube, sempre presente, acabou por conseguir poupar este espaço a modernizações destruidoras, tornando-se a nosso ver, um bom caso de estudo, e conservando-se muito semelhante ao original, sendo assim um campo de pesquisa ainda em aberto.

O edifício encontra-se em mau estado de conservação, necessitando de uma intervenção apropriada, e da devida manutenção.

Espera-se com esta investigação, ter contribuído para chamar a atenção para o valor do teatro do Belém Clube, enquanto património a preservar, enquanto testemunho importante de um passado recente, e ao qual se acrescentam ainda as suas características únicas e particulares, e para que o mesmo não se perca.

Por último, salienta-se também, a importância da colectividade Belém Clube enquanto património, existente há mais de cem anos, e à qual se deve o facto de este teatro ainda existir, que, com a força do associativismo, lhe tem vindo a dar uso ao longo da sua história, pois como todos sabemos, os edifícios não sobrevivem sem a sua devida ocupação. O teatro e a colectividade são hoje, assim, indissociáveis.

Na expressão de Virgolino Ferreira Jorge, terminamos esta dissertação com o seguinte argumento:

*E só quem sabe olhar o passado e conhece a força inaudita do “ontem” saberá contemplar e responder melhor às questões e incertezas do “amanhã”; neste traço de união transitável, o “hoje” é o momento verdadeiramente decisivo para assumir o passado com esperança e, com fé, preparar o futuro. Por conseguinte, o “agora” é uma obrigação e o “amanhã” é uma responsabilidade.*²⁵¹

²⁵¹ Cf. Virgolino Ferreira Jorge, *Cultura e Património*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005, p.85.

BIBLIOGRAFIA

Appleton, João - *Reabilitação de edifícios antigos – Patologias e técnicas de intervenção*, Edições Orion, Lisboa, Setembro de 2009.

Bastos, Glória; Vasconcelos, Ana 23

Isabel P. Teixeira de - *O Teatro em Lisboa no Tempo da 1ª República*, Edição do Museu Nacional do Teatro, Lisboa, Abril de 2004.

Bastos, Sousa - *Diccionario do Theatro Portuguez*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1908.

Câmara Municipal de Lisboa - *Bellem Belém, Reguengo da Cidade*, Edições Asa, Lisboa.

Câmara, Maria Alexandra T. Gago da - *Lisboa: Espaços Teatrais Setecentistas*, Livros Horizonte, Lisboa, 1996.

Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Cultura - *Bellem, Belém - Reguengo da Cidade*, Edições Asa

Campelo, José - “Nomes de Ruas – A Calçada da Ajuda”, *Agenda Cultural de Lisboa*, Novembro de 2002

Carneiro, Luís Soares - *Teatros Portugueses de Raiz Italiana – Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – Volumes I e II*, Edição do Autor, 2002.

Cruz, Duarte Ivo - *Teatros de Portugal*, Edições INAPA, Lisboa 2005.

Faria, José Carlos; Lima, Miguel - “A recuperação do teatro Garcia de Resende”, *Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais*, ACARTE, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1992.

Gameiro, Alfredo- “A Ajuda de Outros Tempos”, *O Comércio da Ajuda*, 4 de Março de 1933.

Gameiro, Alfredo - “As sociedades de Recreio”, *O Comércio da Ajuda*, 12 de Maio de 1933.

Jorge, Virgolino Ferreira, *Cultura e Património*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005.

L'encyclopédie Diderot & D'Alembert, Théâtres - Machines de Théâtre, Bibliothèque de l'Image, Paris, 2002.

Lobo, Paula - "Belém Clube comemora 100 anos de Carolice", *Jornal de Notícias*, 24 de Fevereiro de 1999.

Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito - *Património Arquitectónico e Arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

Néu, João B. M. - *Em volta da Torre de Belém*, Livros Horizonte.

Rebello, Luiz Francisco - *História do Teatro Português*, Coleção Saber, Edições Europa-América, Lisboa, 1967.

Ribeiro, Mário de Sampayo, *A Calçada da Ajuda*, Lisboa, 1940.

Sequeira, Gustavo de Mattos – "Velhos Teatros de Lisboa desaparecida", *Olissipo: Boletim dos Amigos de Lisboa* – n.º58, Abril de 1952.

Silva, Rolando da - *Divagando (impressões de teatro)*, Edição da Imprensa Líbanio da Silva, 2.ª edição, Lisboa, 1925.

Solmer, António – *Manual de Teatro*, Edição Temas e Debates, 2.ª Edição, Lisboa, Março de 2003.

Southern, Richard – *Manual sobre a Montagem Teatral para Amadores e Profissionais*; tradução e adaptação de Mário Jacques e Berta Jacques, Moraes editores, com a colaboração da Secretaria de Estado da Cultura, Junho de 1979.

Vasconcelos, Ana Isabel P. Teixeira de - *O Teatro em Lisboa no Tempo de Almeida Garrett*, Edição do IPM, Museu Nacional do Teatro, Lisboa 2003.

Periódicos:

O Belém Clube – Mensário-Orgão do Belém Clube – Ano I, n.º1, Abril de 1921.

O Belém Clube – Mensário-Orgão do Belém Clube – Ano I, n.º2, Maio de 1921.

Revista Municipal, n.º1, 1939 – “Ruas da Cidade – A Calçada da Ajuda”, pág. 45 a 47.

Plantas dos theatros, 6ª edição, Paris, 1887.

Processos em arquivos:

Processo de obra n.º 4397, Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa.

Processo n.º 11.06.1275 do Arquivo da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Belém Clube (Antigo Teatro Luís de Camões)

Processo n.º 15.01.0010 do Arquivo da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Teatro Pedro Nunes.

Processo n.º 01.10.14, do Arquivo da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Teatro da Vista Alegre.

Processo n.º 11.06.992, do Arquivo da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Teatro D. Maria II.

Páginas electrónicas consultadas:

www.monumentos.pt, consultada em Julho de 2009

www.aatt.org, consultada em Julho de 2009.

www.jf-ajuda.pt, consultada em Julho de 2009.

www.jf-belem.pt, consultada em Julho de 2009.

www.lisboainteractiva.cm-lisboa.pt, consultada em Julho de 2009.

<http://foruns.terravista.pt>, consultada em Outubro de 2010.

<http://www.vistaalegreatlantis.com>, consultada em Outubro de 2010

http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf, consultada em Agosto de 2010.

ANEXO GRÁFICO E FOTOGRÁFICO